

PARTE II

CAPÍTULO IV

DIAGNÓSTICO SOCIAL DO CONCELHO DE TORRES VEDRAS

1 - VULNERABILIDADES SOCIAIS DO INTERIOR

1.1 - Resultados do Grupo Vulnerabilidades Sociais do Interior

Identificação dos problemas das Freguesias do Interior (Ficha 1)

	Pontuação
- Elevado número de casos de negligência dos pais para com os filhos	4
- Elevado número de famílias desestruturadas	4
- Fracas condições habitacionais ao nível da segurança, das estruturas e higiene (saneamento básico)	3
- Baixo nível de qualificação profissional	2
- Falta de rede de suporte familiar	2
- Número elevado de habitações degradadas	1
- Falta de educação sexual por parte da população	1
- Elevado número de pessoas portadoras de doença mental (incluindo os consumos tóxicos)	1
- Pouca diversidade de actividades sócio-económicas	1
- Insuficiente e deficiente rede de transportes públicos e escolares	1
- Elevado número de absentismo e abandono escolar	1
- Crescente número de imigrantes	1
- Ausência de hábitos de planeamento familiar por parte dos casais jovens	
- Baixos níveis de informação por parte da população	

1.1 - Resultados do Grupo Vulnerabilidades Sociais do Interior

Identificação dos problemas das Freguesias do Interior (Ficha 1)

	Pontuação
- Elevado número de situação de violência doméstica	
- Elevado número de situação de desemprego e emprego precário	
- Insuficiente número de técnicos de saúde	
- Elevado número de jovens com necessidade de acompanhamento especializado	

Pontuação: O sistema da pontuação consiste na atribuição de dois autocolantes a cada participante, que pontua o mesmo problema ou dois diferentes, consoante o impacto que este/estes tem/têm nas freguesias que os parceiros representam.

1.1 - Resultados do Grupo Vulnerabilidades Sociais do Interior

Caracterização dos problemas das Freguesias do Interior (Ficha 2)

Qual	Efeitos no local	Causas	Grupos	Freguesias mais afectadas	Recursos Existentes (Potencialidades)
------	------------------	--------	--------	---------------------------	---------------------------------------

<p>- Elevado número de casos de negligência dos pais para com os filhos</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Isolamento e exclusão social; - Actos de vandalismo e violência; - Dificuldades de aprendizagem e absentismo escolar; - Ausência de projectos de vida; - Consumos tóxicos; - Perpetuação do ciclo da desestruturação familiar; - Abandono escolar; - Problemas de saúde e de desenvolvimento de crianças e jovens. 	<ul style="list-style-type: none"> - Carência económica; - Má gestão dos recursos económicos; - Desemprego; - Emprego precário; - Ausência de hábitos de planeamento familiar; - Falta de participação de crianças e jovens em estruturas de socialização (ex.: escuteiros); - Ausência de projectos de vida; - Pais portadores de doença mental (incluindo consumos tóxicos); - Desresponsabilização e incapacidade no exercício da função parental. 	<ul style="list-style-type: none"> - Crianças e jovens. 	<ul style="list-style-type: none"> - Freguesias do Interior. 	<ul style="list-style-type: none"> - Jardins-de-infância; - Pessoal docente e não docente do 1º, 2º e 3º ciclos; - Associações sociais, culturais e recreativas; - Grupos desportivos; - Igreja e grupos religiosos; - Grupos de escuteiros (Runa, Freiria, Ventosa e Monte Redondo); - C. P. C. J.; - E. C. J. Seg. Social; - IPSS's; - Serviços de Saúde (Pediatria).
--	---	--	--	---	---

1.1 Resultados do Grupo Vulnerabilidades Sociais do Interior

Caracterização dos problemas das Freguesias do Interior (Ficha 2)

Qual	Efeitos no local	Causas	Grupos	Freguesias mais afectadas	Recursos Existentes (Potencialidades)
------	------------------	--------	--------	---------------------------	---------------------------------------

<p>- Elevado número de famílias desestruturadas</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Abandono e absentismo escolar; - Comportamentos desviantes; - Consumos tóxicos: alcoolismo em particular; - Violência doméstica; - Desvalorização e desresponsabilização dos pais para com a escola. 	<ul style="list-style-type: none"> - Poucos recursos económicos; - Pouca capacitação para o desempenho dos papéis sociais da família; - Incapacidade/dificuldade de comunicação; - Desemprego e emprego precário; - Instabilidade emocional; - Alcoolismo; - Falta de hábitos de planeamento familiar. 	<ul style="list-style-type: none"> - Famílias. 	<ul style="list-style-type: none"> - Maxial; - Freiria; - Matacães; - Runa; - Ventosa; - Turcifal. 	<ul style="list-style-type: none"> - C.P.C.J; - ISS, IP – Serviço Local de Torres Vedras; - I.E.F.P – Centro de Emprego de Torres Vedras.; - Alcoólicos Anónimos; - CAT - Centro de Atendimento a Toxicodependentes; - Recursos técnicos das IPSS's; - Extensões dos centros de saúde.
--	--	---	---	--	---

1.1 - Resultados do Grupo Vulnerabilidades Sociais do Interior

Caracterização dos problemas das Freguesias do Interior (Ficha 2)

Qual	Efeitos no local	Causas	Grupos	Freguesias mais afectadas	Recursos Existentes (Potencialidades)
------	------------------	--------	--------	---------------------------	---------------------------------------

<p>- Baixo nível de qualificação profissional</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Desemprego; - Emprego precário; - Baixos recursos económicos; - Migrações para os centros urbanos; - Desestruturção familiar. 	<ul style="list-style-type: none"> - Desvalorização de determinadas profissões; - Pouca diversificação de actividades sócio-económicas; - Abandono e absentismo escolar; - Carência económica; - Ausência de projectos de vida; - Maternidade precoce; - Falta de incentivo dos pais para a continuidade do percurso escolar dos filhos; - Desvalorização da aquisição de qualificação profissional (activos e entidade patronal); - Insuficiente e deficiente rede de transportes públicos e escolares. 	<ul style="list-style-type: none"> - Jovens e adultos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Freguesias do interior. 	<ul style="list-style-type: none"> - Escola profissional (Runa); - Cursos técnico profissionais; - Agrupamento da Freiria; - ESCO; - CENFIM; - I.E.F.P – Centro de Emprego de Torres Vedras; - CAERO; - ACIRO; - ADRO.
--	---	---	---	---	---

1.1 - Resultados do Grupo Vulnerabilidades Sociais do Interior

Caracterização dos problemas das Freguesias do Interior (Ficha 2)

Qual	Efeitos no local	Causas	Grupos	Freguesias mais afectadas	Recursos Existentes (Potencialidades)
------	------------------	--------	--------	---------------------------	---------------------------------------

- Fracas condições habitacionais ao nível da segurança, estrutura e higiene (saneamento básico).	<ul style="list-style-type: none">- Isolamento social;- Perda de autonomia;- Problemas de saúde;- Acidentes domésticos;- Sobrelotação das habitações;- Acessibilidades deficitárias;- Deficiências na manutenção da higiene habitacional;- Degradação da imagem das localidades.	<ul style="list-style-type: none">- Degradação da habitação;- Fracos recursos económicos;- Falta de investimento na manutenção da habitação (arrendatários e proprietários);- Envelhecimento do parque habitacional;- Falta de informação por parte da população relativamente aos procedimentos burocráticos;- Pessoas com limitações psíquicas;- Incapacidade de cuidarem da manutenção habitacional;- Desconhecimento da existência de serviços de apoio.	<ul style="list-style-type: none">- Comunidade.	<ul style="list-style-type: none">- Freguesias do interior.	<ul style="list-style-type: none">- Programa de Participação em Obras de Conservação, Reparação ou Beneficiação de Habitações Degradadas – C.M.T.V.;- IGAPHE – Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado;- Juntas de Freguesia;- ISS, IP – Serviço Local de Torres Vedras.
---	---	---	---	---	--

1.1 - Resultados do Grupo Vulnerabilidades Sociais do Interior

Grelha de Prioridades das Freguesias do Interior (Ficha 3)

Problema	Dimensão do Problema	Viabilidade Técnica (Recursos locais: grupos técnicos, grupos informais, etc.)	Viabilidade Política (Programas, medidas políticas, orçamentos...)	A sua resolução contribui para a resolução de outros problemas	Prioridades de Intervenção (Total)
- Elevado número de casos de negligência dos pais para com os filhos	42	35	35	47	159
- Elevado número de famílias desestruturadas	45	34	31	46	156
- Baixo nível de qualificação profissional	43	35	34	40	152
- Fracas condições habitacionais ao nível da segurança, estrutura e higiene (saneamento básico)	36	30	34	33	133

Pontuação: 1 – 5 (Sendo 5 o mais grave, mais difícil, mais recursos e com maior impacto)

1.2 - Fundamentação Estatística

Quadro 1 – População Residente Activa, empregada e desempregada, no Concelho de Torres Vedras em 2001

Zona Geográfica	População Empregada	População Desempregada	Total	População Residente	% População activa em relação à população residente
Interior	9381	461	9842	22184	44%
Litoral	12506	627	13133	27457	48%
Cidade	10824	727	11551	22609	51%
Total concelho	32711	1815	34526	72250	48%

Fonte: INE, XIII e XIV Recenseamento Geral da População e III e IV Recenseamento Geral da Habitação, 1991 e 2001.

Quadro 2 – Desemprego registado no Concelho de Torres Vedras, segundo o sexo, habilitações, situação face ao emprego e grupos etários em Dezembro de 2004

Zona Geográfica	Sexo			Habilitações					Situação face ao emprego		Grupos Etários			
	M	F	Total	<4 Anos	>= 4 a < 6 Anos	>= 6 a < 9 Anos	9 a 12 Anos	Médio/ Superior	1º Emprego	Novo Emprego	<25 Anos	25 -44 Anos	45 -54 Anos	>= 55 Anos
Interior	283	423	706	59	181	127	303	36	89	617	191	299	111	105
Litoral	378	655	1033	37	232	212	482	71	80	943	263	500	156	114
Cidade	381	539	920	35	182	202	405	96	68	852	162	487	155	116
Total Concelho	1042	1617	2659	131	595	541	1190	203	237	2412	616	1286	422	335

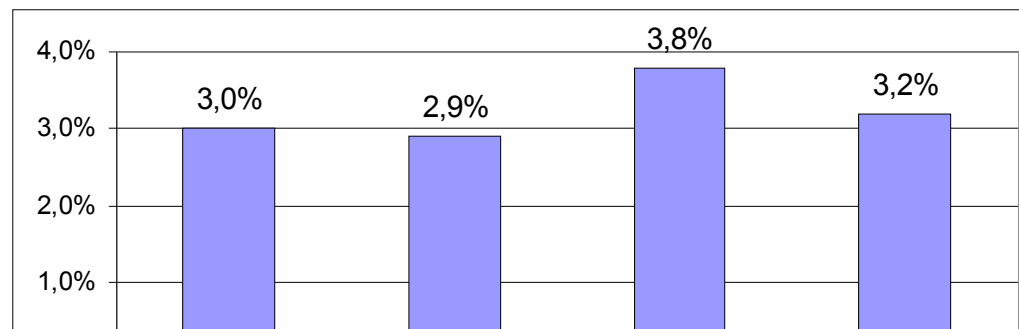
Fonte: Instituto do Emprego e Formação Profissional, 2005

Quadro 3 – Processos de Rendimento Social de Inserção e de Acção Social, acompanhados pelo Serviço Local no Concelho de Torres Vedras nos anos 2003 e 2004

Zona Geográfica	Processos de Acção Social Acompanhados em 2003	Processos de Acção Social Acompanhados em 2004	Variação entre 2003 e 2004	Processos de RSI e RMG acompanhados em 2003	Processos de RSI e RMG acompanhados em 2004	Variação entre 2003 e 2004	Total Processos Acompanhados em 2003	Total Processos Acompanhados em 2004	Variação entre 2003 e 2004
Interior	179	112	-37%	163	124	-24%	342	236	-31%
Litoral	196	150	-23%	174	123	-29%	370	273	-26%
Cidade	208	183	-12%	162	134	-17%	370	317	-14%
Total Concelho	583	445	-24%	499	381	-24%	1082	826	-24%

Fonte: ISS, IP – Serviço Local Torres Vedras, 2005

Gráfico 1 – Relação entre o Total de Processos acompanhados pelo Serviço Local no concelho de Torres Vedras e o número de Famílias Residentes



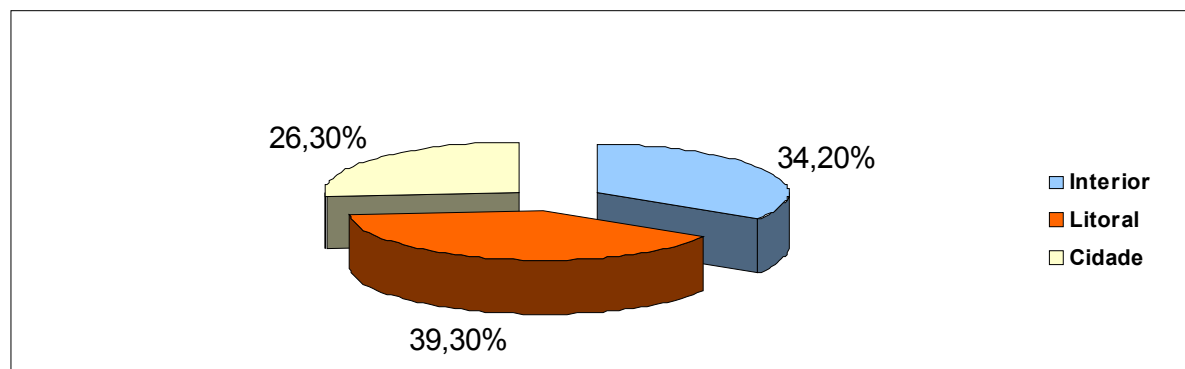
Fonte: ISS, IP – Serviço Local Torres Vedras, 2005

Quadro 4 – Número de Utentes Inscritos no Centro de Saúde em 2003 e Número de Consultas de Planeamento Familiar nos anos 2003 e 2004

Zona Geográfica	no Centro de Saúde em 2003	Planeamento Familiar em 2003	Planeamento Familiar em 2004	Variação entre 2003 e 2004
Interior	23109	1193	1313	10%
Litoral	28170	791	862	9%
Cidade	28681	2223	3116	40%
Total Concelho	79960	4207	5291	26%

Fonte: Centro de Saúde de Torres Vedras, 2003 e 2005

Gráfico 2 – Utentes inscritos no Centro de Atendimento a Toxicodependentes de Torres Vedras no ano 2004



Fonte: Centro de Atendimento a Toxicodependentes de Torres Vedras, 2005

Quadro 5 – Caracterização dos utentes inscritos no CAT de Torres Vedras, segundo o sexo e o grupo etário, em 2004

Grupo Etário	M	F	Total	M %	F %	Total %
-14	0	0	0	0%	0%	0%
15 - 19	0	0	0	0%	0%	0%
20 - 24	6	0	6	22%	0%	16%
25 - 29	6	3	9	22%	27%	24%
30 - 34	6	1	7	22%	9%	18%
35 - 39	5	4	9	19%	36%	24%
40 - 44	2	2	4	7%	18%	11%
45 -	2	1	3	7%	9%	8%
Total	27	11	38	100%	100%	100%
Percentagem	71%	29%	100%			

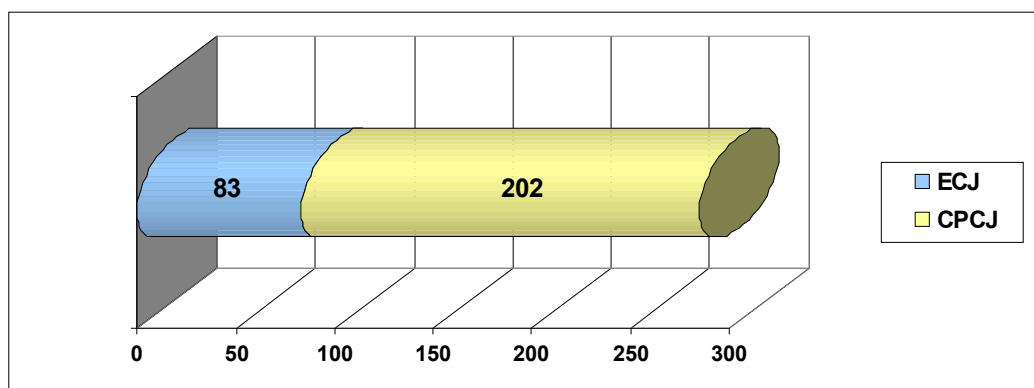
Fonte: Centro de Atendimento a Toxicodependentes de Torres Vedras, 2005

Quadro 6 – Caracterização dos utentes inscritos no CAT de Torres Vedras, segundo as substâncias consumidas e hábitos de consumo, em 2004

	Hábitos de consumo	30 Dias	Diferença
Tabaco	38	38	0
Álcool	32	17	15
Álcool (abuso)	18	5	13
Cannabis	37	20	17
Sedativos	22	5	17
Estimulantes	6	1	5
Alucinogéneos	13	2	11
Opiáceos	34	26	8
Cocaína	35	16	19
Ecstasy	11	0	11
Outros	3	1	2
Total	249	131	118

Fonte: Centro de Atendimento a Toxicodependentes de Torres Vedras, 2005

Gráfico 3 – Crianças e Jovens em Perigo no Concelho de Torres Vedras acompanhadas pela Equipa de Crianças e Jovens e pela Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco, em Dezembro de 2004



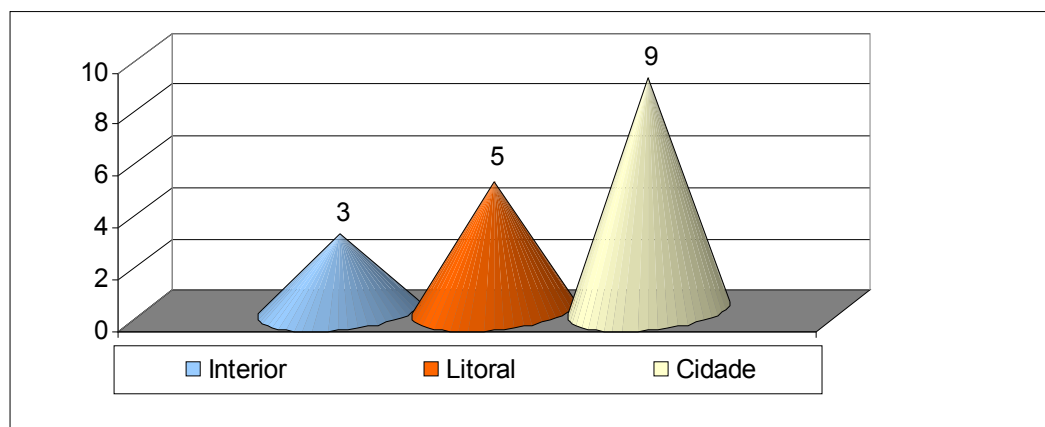
Fonte: ISS, IP – Serviço Local de Torres Vedras e Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco de Torres Vedras, 2005

Quadro 7 – Motivos de Acompanhamento das Crianças e Jovens em Perigo no Concelho de Torres Vedras, em Dezembro de 2004

Zona Geográfica	Jovens segundo o Motivo de Acompanhamento							
	Abandono de um dos Progenitores	Negligência	Abandono/Absentismo Escolar	Maus-tratos Físicos	Maus-tratos Psicológicos	Abuso Sexual	Exposição a Modelos Desviantes	Gravidez Precoce
Interior	9%	41%	19%	11%	8%	1%	14%	1%
Litoral	6%	43%	27%	9%	9%	4%	19%	1%
Cidade	13%	36%	34%	3%	4%	0%	13%	0%
Total Concelho	10%	40%	28%	7%	7%	1%	15%	1%

Fonte: ISS, IP – Serviço Local de Torres Vedras e Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco de Torres Vedras, 2005

Gráfico 4 – Número de Associações de Jovens no Concelho de Torres Vedras, em 2004



Fonte: Câmara Municipal de Torres Vedras, Sector da Juventude, 2005

1.3 - Prioridades de Intervenção nas Freguesias do Interior

- Elevado número de famílias desestruturadas
- Elevado número de casos de negligência dos pais para com os filhos

Após o desenvolvimento do trabalho de partilha e recolha de informação com os parceiros envolvidos na elaboração do Diagnóstico Social, é possível fazer uma aproximação à realidade das freguesias do interior do concelho de Torres Vedras.

Segundo Pedro Pires (psiquiatra), pensar sobre a família do novo século é uma tarefa que tem tanto de aliciante como de inquietante. As rápidas mudanças ocorridas a nível social marcam fortemente as “novas famílias”, também designadas na literatura por “famílias contemporâneas”. A família é, assumidamente, a base da sociedade actual. A par da dimensão afectiva, é no seio da família que se gera

um espaço privilegiado para a vivência de sentimentos e emoções; a família é cada vez mais uma organização social assente em leis jurídicas e económicas.

As definições da família são profundamente diferentes segundo os continentes, as culturas, as circunstâncias, os níveis de desenvolvimento e os próprios momentos históricos.

No entanto, segundo a Prof. Maria das Dores Guerreiro, *família, no sentido restrito de agregado familiar, poderá (...) ser definida como um grupo de duas ou mais pessoas relacionadas por laços de sangue, por aliança ou por outro tipo de afinidades, que residam em*

conjunto, partilhem orçamento comum, se apoiem mutuamente e prestem cuidados a crianças ou outros coabitantes dependentes.

Porém, quando ocorrem carências materiais e económicas, analfabetismo ou insuficientes habilitações literárias, desemprego ou emprego precário, geram não só um clima exacerbado pela sobrevivência, como a perda de identificação individual, cultural e dos próprios valores sociais.

A ausência destes valores ou um sistema pobre de valores têm como contrapartida uma acentuada inércia social e condicionam fortemente as relações intra-familiares e o clima segurizante que deve ter a família.

Procedendo à análise da ficha 2, verifica-se que as causas elencadas contribuem para os problemas diagnosticadas e, por este motivo, constata-se que no concelho de Torres Vedras existe uma taxa de 7,7% de desempregados, sendo 2% destes provenientes da zona interior do concelho. É de realçar que nesta zona geográfica são muitos os casos de trabalho precário, que num total de 706 desempregados, 60% correspondem ao sexo feminino, e, comparativamente, com as zonas do litoral e da cidade, o interior apresenta um maior número de pessoas com insuficientes habilitações literárias. Inerentes a este factor e como consequência, estão os baixos recursos económicos que caracterizam as famílias do interior do concelho, bem como a dificuldade de interiorização na forma como cada elemento deve desempenhar e assumir o papel na família.

No que se refere às famílias que foram acompanhadas no concelho pelo Instituto de Segurança Social – Serviço Local de Torres Vedras durante os anos 2003 e 2004, no âmbito da Acção Social e Rendimento Mínimo Garantido, conclui-se que houve uma diminuição de 2003 para 2004 (-24%), que se justifica pela insuficiência de técnicos necessários para efectuar o acompanhamento às famílias, facto que não nos permite aprofundar o conhecimento desta realidade social. Reportando este dado para a zona do interior, embora tenha existido uma diminuição mais significativa no que diz respeito aos Processos de Acção Social (-37%), no que se refere ao Rendimento Social de Inserção/RMG, verifica-se apenas uma diminuição de 39 processos (vide quadro 3).

No decorrer dos trabalhos com o grupo das Vulnerabilidades Sociais do Interior, a falta de hábitos de planeamento familiar foi considerada uma das causas que tem vindo a contribuir para a desestruturação familiar. Neste sentido, efectuou-se um levantamento estatístico junto do Centro de Saúde de Torres Vedras, que nos permite verificar que apesar de ter existido um aumento, entre 2003 e 2004, de consultas de planeamento familiar nas várias Extensões do Centro de Saúde do concelho, a variação foi mais sentida na cidade com 28,7%, enquanto que na zona do interior o acréscimo foi apenas de 9,1% (vide quadro 4).

É de destacar que, apesar dos dados estatísticos recolhidos não permitirem fazê-lo por zona geográfica, nas dinâmicas de grupo aplicadas nas freguesias do interior, a problemática do alcoolismo foi

identificada como uma das causas de desestruturação familiar dos problemas/vulnerabilidades no interior. Ao analisar-se o Quadro 6, o consumo de álcool (inclusive o abuso), no concelho de Torres Vedras, apresenta um valor significativo. Realça-se ainda que, no ano 2004, estavam inscritos no Centro de Apoio a Toxicodependentes de Torres Vedras 13 utentes provenientes do interior do concelho, num total de 38, correspondendo a 34,2% dos utilizadores (vide gráfico 2). Este aspecto permite afirmar que, como efeito, a estabilidade emocional e a dificuldade de comunicação familiar são impossíveis de dissociar do factor anteriormente descrito.

A perpetuação do ciclo da desestruturação familiar deve-se a todas as causas anteriormente mencionadas e tem vindo a contribuir para o aumento de casos de negligência dos pais para com os filhos. A maior parte dos maus-tratos surge num contexto de reprodução social, aparecendo em todos os grupos sociais. Admite-se que acontecem com maior frequência nas classes sociais mais desfavorecidas, em virtude das carências económicas que se associam ao baixo nível ou à ausência de instrução escolar e à desorganização da vida profissional, social e familiar.

De uma forma genérica, e de acordo com o que está definido no livro Maus Tratos em Crianças e Jovens, por Teresa Magalhães, *maus tratos podem ser qualquer forma de tratamento físico e(ou) emocional, não acidental e inadequado, resultante de disfunções e (ou) carências nas relações entre crianças ou jovens e pessoas mais velhas, num contexto de uma relação de responsabilidade, confiança*

e(ou) poder. Podem manifestar-se por comportamentos activos (físicos, emocionais e sexuais) ou passivos (omissão ou negligência nos cuidados e (ou) afectos). Pela maneira reiterada como geralmente acontecem, privam o menor dos seus direitos e liberdades afectando, de forma concreta ou potencial, a sua saúde, desenvolvimento (físico, psicológico e social) e (ou) dignidade.

Estes dados são relevantes quando se consulta a percentagem (1,8%) de menores acompanhados pela Equipa de Crianças e Jovens do Instituto de Segurança Social, IP – Serviço Local de Torres Vedras e pela Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco de Torres Vedras, até final de Dezembro de 2004. Assim, constata-se que no concelho de Torres Vedras 40% dos menores acompanhados pela Equipa de Crianças e Jovens e Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco de Torres Vedras são negligenciados, 28% são abandonados por um dos progenitores e 7% sofrem de maus-tratos físicos, dados que assumem impacto significativo nas freguesias do interior, onde 41% destes menores são vítimas de negligência, 9% são abandonados por um dos progenitores e 11% estão sujeitos a maus-tratos físicos (vide quadro 7).

Nesta sequência e com base na caracterização dos problemas identificados nas fichas 2, os actos de vandalismo e violência, onde 47% dos jovens são portadores de comportamentos desviantes no concelho de Torres Vedras e 50% nas freguesias do interior, remetem para causas como ausência de projectos de vida e falta de participação de crianças e jovens em estruturas de socialização, que

difícilmente são atenuadas devido ao insuficiente tecido associativo juvenil (vide gráfico 4) e sua diversidade de actividades. É de salientar que, num total de 17 associações juvenis existentes no concelho, a maioria (9) concentra-se na zona geográfica da cidade, Face à multidimensionalidade destes problemas, qualquer intervenção a desenvolver haverá de ter em conta as diferentes vertentes abordadas pelo grupo.

enquanto que nas 11 freguesias do interior existem apenas 3 associações juvenis, com uma única actividade – escutismo.

2 - VULNERABILIDADES SOCIAIS DO LITORAL

2.1 - Resultados do Grupo Vulnerabilidades Sociais do Litoral

Identificação dos problemas das Freguesias do Litoral (Ficha 1)

Pontuação

	Pontuação
- Insuficiente formação sobre educação ambiental	1
- Graves problemas de alcoolismo nos jovens e adultos	
- Graves problemas de toxicodependência nos jovens e adultos	1
- Existência de habitação degradada	1
- Insuficiente nível de qualificação profissional	
- Insucesso escolar ao nível do 1º, 2º e 3º ciclo	3
- Insuficientes respostas ao nível da saúde na população idosa	
- Muita população envelhecida	
- Insuficiente educação para a saúde	
- Falta de estruturas de apoio para crianças com necessidade de educação especial	
- Desvalorização da escola por parte da família	
- Precariedade do serviço de saúde pública na infância	
- Inexistência de estruturas para acompanhamento de jovens com comportamentos desviantes	1
- Fraco apoio ao nível formal e informal às famílias mais carenciadas	

2.1 - Resultados do Grupo Vulnerabilidades Sociais do Litoral

Identificação dos problemas das Freguesias do Litoral (Ficha 1)

	Pontuação
- Falta de acompanhamento multidisciplinar nas escolas para apoiar alunos e famílias	5
- Falta de equipamento de apoio à integração de imigrantes	
- Insuficiente rede de transportes públicos	
- Número significativo de famílias desestruturadas	
- Baixo nível de escolaridade	
- Insuficientes respostas à população idosa ao nível da institucionalização	1
- Insuficientes respostas de apoio à infância	
- Insuficiente apoio psicológico à população carenciada	1
- Insuficientes habitações sociais para realojamento de famílias	
- Falta de apoio técnico à integração profissional de pessoas carenciadas	
- Falta de acompanhamento a situações de violência doméstica	
- Falta de fiscalização nos apoios e subsídios sociais concedidos	
- Ausência de actividades extracurriculares	1

2.1 - Resultados do Grupo Vulnerabilidades Sociais do Litoral

Identificação dos problemas das Freguesias do Litoral (Ficha 1)

	Pontuação
- Carência de valores éticos e afectivos	2
- Insuficiência nos agrupamentos de escolas de equipas multidisciplinares	1
- Deficiente articulação interinstitucional	2

Pontuação: O sistema da pontuação consiste na atribuição de dois autocolantes a cada participante, que pontua o mesmo problema ou dois diferentes, consoante o impacto que este/estes tem/têm nas freguesias que os parceiros representam.

2.1 - Resultados do Grupo Vulnerabilidades Sociais do Litoral

Caracterização dos problemas das Freguesias do Litoral (Ficha 2)

Qual	Efeitos no local	Causas	Grupos	Freguesias mais afectadas	Recursos Existentes (Potencialidades)
<p>- Falta de acompanhamento multidisciplinar nas escolas para apoiar alunos e famílias</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento do insucesso escolar; - Desmotivação do aluno, família e professores; - Aumento de comportamentos desviantes; - Aumento dos conflitos/rupturas familiares; - Falta de intervenção especializada. 	<ul style="list-style-type: none"> - Estilos comunicacionais na educação parental e social; - Prioridades educativas; - Insuficientes professores para apoio educativo; - Não aplicabilidade da legislação existente e sua restrição; - A não co-responsabilização das famílias na exigência dos seus direitos; - Insuficiência de recursos financeiros e humanos; - Elevado número de situações face ao número de técnicos disponíveis para o acompanhamento sistemático. 	<ul style="list-style-type: none"> - Alunos; - Encarregados de Educação; - Famílias; - Professores; - Comunidade escolar; - Comunidade. 	<ul style="list-style-type: none"> - Todas as freguesias do Litoral. 	<ul style="list-style-type: none"> - I. E. F. P. – Centro de Emprego de Torres Vedras; - Agrupamentos de escolas; - Juntas de Freguesia; - Associações culturais, recreativas e de pais.

2.1 - Resultados do Grupo Vulnerabilidades Sociais do Litoral

Caracterização dos problemas das Freguesias do Litoral (Ficha 2)

Qual	Efeitos no local	Causas	Grupos	Freguesias mais afectadas	Recursos Existentes (Potencialidades)
<p>- Insucesso escolar ao nível do 1º, 2º e 3º ciclo</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Desinteresse escolar; - Desmotivação de perspectivas profissionais; - Comportamentos e atitudes reactivas e desviantes; - Desvalorização pessoal; - Baixa auto-estima; - Quebra de laços afectivos; - Quebra de diálogo entre família/escola e vice-versa; - Perda do sentido de auto-análise e criatividade. 	<ul style="list-style-type: none"> - Toxicodependência e alcoolismo na família; - Insuficientes profissionais para apoio educativo; - Falta de diálogo família/escola; - Desvalorização por parte da família do papel da escola e do professor; - Total responsabilização da escola pela educação; - Formação inicial de docentes; - Falta de estruturas de ensino e formação profissional; - Falta de estruturas apoio extracurricular; - Falta de interesse quanto à forma de dar as matérias; 	<ul style="list-style-type: none"> - Comunidade familiar; - Comunidade escolar. 	<p>- Todas as freguesias do Litoral.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Agrupamentos de escolas; - Associações culturais, recreativas e de pais; - Famílias; - IPSS's; - Comunicação social; - I.E.F.P. – Centro de Emprego de Torres Vedras; - Autarquia; - ISS – IP Serviço Local de Torres Vedras; - Tribunal;

2.1 - Resultados do Grupo Vulnerabilidades Sociais do Litoral (continuação)

Caracterização dos problemas das Freguesias do Litoral (Ficha 2)

Qual	Efeitos no local	Causas	Grupos	Freguesias mais afectadas	Recursos Existentes (Potencialidades)
		<ul style="list-style-type: none">- Isolamento mental e social;- Não aplicabilidade de grelhas de avaliação de professores;- Falta de condições habitacionais para a criança estudar;- Conflitos familiares;- Violência doméstica.			<ul style="list-style-type: none">- Escuteiros;- Centro de Saúde;- Paróquia.

2.1 - Resultados do Grupo Vulnerabilidades Sociais do Litoral

Caracterização dos problemas das Freguesias do Litoral (Ficha 2)

Qual	Efeitos no local	Causas	Grupos	Freguesias mais afectadas	Recursos Existentes (Potencialidades)
- Deficiente articulação interinstitucional	<ul style="list-style-type: none">- Agravamento das problemáticas;- Morosidade na resolução das problemáticas;- Surgimento de novas problemáticas;- Capacidade de resposta reduzida à solução do problema;- Ausência de resposta ao problema.	<ul style="list-style-type: none">- Excesso de procedimentos burocráticos nos organismos públicos, solidários e privados;- Ausência de parcerias formalizadas;- Insuficiência de recursos humanos e materiais;- A filosofia de intervenção das Instituições.	<ul style="list-style-type: none">- População em geral, especialmente a que está mais vulnerável socialmente;- As próprias Instituições.	<ul style="list-style-type: none">- Todas as freguesias do litoral.	<ul style="list-style-type: none">- Rede Social do Concelho de Torres Vedras;- Juntas de Freguesia;- IPSS's;- Todos os organismos públicos e privados;- Comunidade.

2.1 - Resultados do Grupo Vulnerabilidades Sociais do Litoral

Caracterização dos problemas das Freguesias do Litoral (Ficha 2)

Qual	Efeitos no local	Causas	Grupos	Freguesias mais afectadas	Recursos Existentes (Potencialidades)
- Carência de valores éticos e afectivos	<ul style="list-style-type: none">- Prevalece o ter ao ser:<ul style="list-style-type: none">- Facilitismo- Comodismo- Egocentrismo- Consumismo- Desresponsabilização- Comportamentos desviantes;- Perda do sentido de auto-análise e criatividade;- Pouco interesse na concretização de objectivos pessoais, profissionais e sociais.	<ul style="list-style-type: none">- O Boom socio-económico nos anos 70-80;- A Declaração dos Direitos Humanos 1948;- Desestruturação familiar;- Prioridades educativas;- Estilos comunicacionais na educação parental e social.	<ul style="list-style-type: none">- Todos os cidadãos.	<ul style="list-style-type: none">- Todas as freguesias do litoral.	<ul style="list-style-type: none">- Comunidade;

2.1 - Resultados do Grupo Vulnerabilidades Sociais do Litoral

Grelha de Prioridades das Freguesias do Litoral (Ficha 3)

Problema	Dimensão do Problema	Viabilidade Técnica (Recursos locais: grupos técnicos, grupos informais, etc.)	Viabilidade Política (Programas, medidas políticas, orçamentos...)	A sua resolução contribui para a resolução de outros problemas	Prioridades de Intervenção (Total)
- Falta de acompanhamento multidisciplinar nas escolas para alunos e famílias	47	39	41	48	175
- Insucesso escolar ao nível do 1º, 2º e 3º ciclo	42	38	38	42	160
- Carência de valores éticos e afectivos	41	33	31	44	149
- Deficiente articulação Interinstitucional	37	32	38	40	147

Pontuação: 1 – 5 (Sendo 5 o mais grave, mais difícil, mais recursos e com maior impacto)

2.2 - Fundamentação Estatística

Quadro 8 – Insucesso e Abandono Escolar no Concelho de Torres Vedras, nos anos lectivos 2000/2001, 2001/2002 e 2002/2003

Zona Geográfica	Níveis de Escolaridade	Insucesso Escolar		Abandono Escolar	
		Ano Lectivo 2000/2001 (%)	Ano Lectivo 2001/2002 (%)	Ano Lectivo 2000/2001 (%)	Ano Lectivo 2001/2002 (%)
Concelho de Torres Vedras	1º Ciclo	7,09	8,14	3,85	1,12
	2º Ciclo	8,74	8,96	0,43	0,68
	3º Ciclo	12,64	6,39	1,81	0,78

Fonte: Centro de Área Educativa do Oeste, 2005

Quadro 9 – Lugares de Apoio Educativo nos anos lectivos 2002/2003 e 2003/2004

Zona Geográfica	2002/2003				2003/2004			
	Pré-Escolar	1º Ciclo	2º e 3º Ciclos	Total	Pré-Escolar	1º Ciclo	2º e 3º Ciclos	Total
Interior	2	4	3	9	2	8	4	14
Litoral	3	10	2	15	4	9	2	15
Cidade	4	9	12	25	4	8	11	23
Total Concelho	9	23	17	49	10	25	17	52

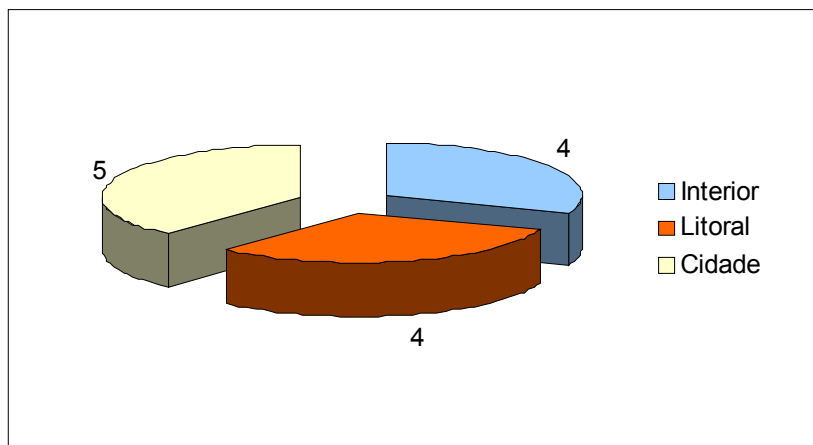
Fonte: Centro de Área Educativa do Oeste, 2005

Quadro 10 – Número de Alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE) e Dificuldades de Aprendizagem (DA) no ano lectivo 2002/2003

Zona Geográfica	Pré-escolar/JI		1º Ciclo		2º Ciclo		3º Ciclo		Secundário	
	NEE-CP	DA	NEE-CP	DA	NEE-CP	DA	NEE-CP	DA	NEE-CP	DA
Interior	6	-	25	6	12	9	5	22	0	0
Litoral	18	-	31	51	24	9	6	35	1	0
Cidade	11	-	35	75	15	61	22	50	2	0
Total Concelho	35	-	91	132	51	79	33	107	3	0

Fonte: Centro de Área Educativa do Oeste, 2005

Gráfico 5 – Número de Associações de Pais das Escolas de Pré-Escolar, 1º Ciclo e Secundárias no Concelho de Torres Vedras



Fonte: Câmara Municipal de Torres Vedras, Sector da Educação, 2005

2.3 - Prioridade de Intervenção nas Freguesias do Litoral

- Insucesso escolar ao nível do 1º, 2º e 3º ciclo
- Falta de acompanhamento multidisciplinar nas escolas para apoiar alunos e famílias

Ao longo do trabalho, desenvolvido pelo grupo das vulnerabilidades sociais do litoral e focando-se este essencialmente em problemas relacionados com a educação, sentiu-se desde logo a necessidade de articular três factores importantes para analisar os problemas levantados: escola, família e comunidade.

Com a democratização do ensino a noção de Insucesso Escolar começa a impor-se. Numa primeira abordagem, procurava-se encontrar no meio familiar da criança as fragilidades que permitissem explicar o Insucesso Escolar. Numa abordagem posterior, associa-se o Insucesso Escolar, não só ao meio familiar, como também à estrutura escolar, considerando-se que a escola está na origem da divisão entre as classes sociais, entre os mais e menos favorecidos.

A tardia reestruturação educativa, associada a uma também tardia democratização e à confluência no tempo de mudanças educativas, aumentam as dificuldades da implementação e interiorização, nas escolas, dos direitos humanos e sociais ligados ao fenómeno da escola de massas. No entanto e face a este fenómeno, à heterogeneidade social e cultural da população que frequenta a escola e aos direitos sociais e culturais que, numa sociedade democrática, a protegem, a escola não pode mais, nem por inércia, continuar a dirigir-se a um aluno tipo, definido por um padrão pré-estabelecido.

Neste sentido, consultaram-se os dados fornecidos pelo Centro de Área Educativa do Oeste, por agrupamento escolar, nos anos lectivos 2000/2001 e 2001/2002 e constatou-se que, apesar do insucesso escolar ter vindo a diminuir nos diferentes níveis de escolaridade, ainda tem um papel significativo no 2º ciclo (8,96%). É ainda de realçar que entre os anos lectivos 2000/2001 e 2001/2002, no 2º ciclo, a percentagem de insucesso escolar apresentou uma média de 8,85% (vide quadro 8).

Relativamente ao abandono escolar, no ano lectivo 2000/2001, a maior percentagem (3,85%) surge no 1º ciclo, situação que, apesar de diminuir, continua a verificar-se no ano lectivo seguinte – 2001/2002 (1,12%).

Quanto ao número de lugares de apoio educativo, considerados necessários para as várias escolas do concelho nos anos 2002/2003 e 2003/2004, é sempre superior no 1º ciclo e, em particular, na zona geográfica do litoral (vide quadro 9).

Actualmente a relação entre família e escola continua inscrita numa dualidade formada de tensões e antagonismos, por um lado e, por outro, de complementaridades e implicações mútuas. Uma realidade que se acentua quando está envolvida, nesta relação, a criança com necessidades educativas especiais. Como refere Joaquim Colôa Dias ao citar Wedell, o conceito de necessidades educativas especiais

refere-se ao “*desfasamento entre o nível de comportamento ou realização da criança e o que dela se espera*”.

Assim e no que concerne aos alunos com necessidades educativas especiais (NEE) e com dificuldades de aprendizagem (DA) (vide quadro 10), tanto no 1º (31 NEE e 51 DA), no 2º (24 NEE) como no 3º ciclo (35 DA), a zona litoral apresenta números consideráveis. Comparados com o concelho torna pertinente uma análise sobre a constituição de um grupo de acompanhamento multidisciplinar. Considera-se ainda que, se a relação família/escola é, na generalidade considerada como factor importante de sucesso, no caso específico de famílias de crianças com NEE e DA torna-se factor essencial.

Considerou-se ainda pertinente fazer um levantamento do número de associações de pais, com o objectivo de melhor perceber o envolvimento destes com a escola. Assim, é possível verificar que, num total de 57 estabelecimentos de ensino existentes no concelho de Torres Vedras, existem apenas 13 Associações de Pais. Estas distribuem-se da seguinte forma: na zona interior 4, na litoral 4 e na cidade 5 (gráfico 5).

Foram ainda consideradas como causas, a falta de diálogo família/escola, a desvalorização por parte da família do papel da escola e do professor, a total responsabilização à escola pela educação, os conflitos familiares e a violência doméstica.

A complexidade das mudanças estruturais da família é, normalmente, fonte de crescimento e enriquecimento ou, pelo contrário, pode conduzir à disfuncionalidade conjugal e/ou afectar as relações pais-filhos ao longo do ciclo de vida. Como se tem vindo a analisar e na medida em que são os pais os principais catalisadores do desenvolvimento dos filhos, este é condicionado não apenas pela forma como os pais vivem as suas funções parentais, mas também as conjugais. Assim, para que o desenvolvimento dos membros da família ocorra harmoniosamente, pressupõe-se que esta seja geradora de afecto e protecção; no entanto, por vezes, ela revela, implícita ou explicitamente, dinâmicas que se apoiam, não nestes pressupostos que lhe são socialmente atribuídos, mas no medo, hostilidade e violência.

Ainda com base nas causas diagnosticadas pelo grupo e remetendo para a falta de condições habitacionais para a criança estudar, é possível afirmar que “...*as condições de habitação constituem indicador privilegiado para a detecção das fracções mais marginalizadas da população.*”¹

Esta associação permite referir que as carências habitacionais em que a criança se insere, poderão ser factor justificativo, embora não sejam, por si só, do insucesso e abandono escolar. Assim, e aliadas a este fenómeno, encontram-se as carências económicas e culturais das famílias, que acabam por condicionar o prosseguimento dos estudos.

¹ Almeida, João Ferreira, Capucha, Luís Antunes, Costa, António Firmino, Machado, Fernando Luís, Nicolau, Isabel e Reis, Elizabeth, Exclusão Social, Factores e Tipos de Pobreza em Portugal, Celta Editora, 2ª Edição, 1994

3 - ARTICULAÇÃO INTERINSTITUCIONAL

3.1 - Resultados do Grupo da Articulação Interinstitucional - Cidade

Identificação dos problemas das freguesias da cidade (Ficha 1)

	Pontuação
- Ausência da carta educativa do concelho	2
- Desemprego	
- Baixa escolaridade	
- Trabalho precário	
- Díficeis acessibilidades (físicas/transporte) aos serviços públicos	
- Grande área geográfica do concelho	
- Falta de aproveitamento dos recursos existentes	
- Habitação degradada	
- Insuficiente oferta de ensino profissional e profissionalizante	
- Falta de funcionamento do Conselho Municipal de Educação	
- Dificuldades de circulação das viaturas do serviço de apoio domiciliário	
- Falta de apoio domiciliário nocturno	
- Falta de apoio aos imigrantes	

3.1 - Resultados do Grupo da Articulação Interinstitucional - Cidade

Identificação dos problemas das freguesias da cidade (Ficha 1)

	Pontuação
- Falta de cobertura da rede ATL	
- Falta de participação dos pais na vida escolar	
- Mobilidade do corpo docente	
- Desinteresse dos jovens pela vida escolar	
- Concentração do ensino secundário na cidade	
- Falta de especialidades médicas em serviço público	
- Falta de Informação da População	
- Inexistência de espaços de discussão/análise/resolução conjunta interinstitucional	6
- Falta de articulação/comunicação interna e externa nas instituições	5
- Falta de conhecimento/competências/serviços prestados pelas diferentes instituições e desconhecimento das áreas geográficas de intervenção	5
- Falta de respostas sociais/ocupacionais em creche/jovens/idosos/dependentes	2

Pontuação: O sistema da pontuação consiste na atribuição de dois autocolantes a cada participante, que pontua o mesmo problema ou dois diferentes, consoante o impacto que este/estes tem/têm nas freguesias que os parceiros representam.

3.1 - Resultados do Grupo da Articulação Interinstitucional - Cidade

Caracterização dos problemas das freguesias da cidade (Ficha 2)

Qual	Efeitos no local	Causas	Grupos	Freguesias mais afectadas	Recursos Existentes (Potencialidades)
<p>- Inexistência de espaços de discussão/análise/resolução conjunta interinstitucional</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de rentabilização dos recursos existentes; - Sobreposição de intervenção na mesma área de serviços; - Falta de planificação conjunta; - Falta de poder de negociação e decisão; - Falta de delimitação de competências; - Aumento da ineficácia no âmbito da intervenção e respostas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Desconhecimento das competências; - Medo de interferências na gestão/poder institucional; - Isolamento institucional; - Anomia da sociedade civil; - Resistência à avaliação; - Falta de espírito de equipa. 	<ul style="list-style-type: none"> - Idosos; - Dependentes; - Crianças; - Jovens; - Adultos activos; - Grupos de risco. 		<ul style="list-style-type: none"> - Equipa de Cuidados Continuados; - Gestão conjunta entre as instituições da cidade sobre o Serviço de Apoio Domiciliário; - I.E.F.P. – Centro de Emprego de Torres Vedras; - Programa Rede Social; - Autarquias; - C.P.C.J; - Conselho Municipal de Educação; - Centro de Atendimento a Toxicodependentes; - Grupo Mulheres Vítimas de Violência Doméstica;

3.1 - Resultados do Grupo da Articulação Interinstitucional – Cidade (continuação)

Caracterização dos problemas das freguesias da cidade (Ficha 2)

Qual	Efeitos no local	Causas	Grupos	Freguesias mais afectadas	Recursos Existentes (Potencialidades)
					<ul style="list-style-type: none"> - Alcoólicos Anónimos; - Voluntariado da SCMTV; -APECI; -Rotary Club de Torres Vedras; - Assoc. Desportivas, Culturais e Recreativas; - Hospital Central; - Instituto Segurança Social; - Centro de Saúde; - Universidade da 3ª Idade; - Centro de Informação Municipal à Juventude; - Comunidade Urbana do Oeste.

3.1 - Resultados do Grupo da Articulação Interinstitucional - Cidade

Caracterização dos problemas das freguesias da cidade (Ficha 2)

Qual	Efeitos no local	Causas	Grupos	Freguesias mais afectadas	Recursos Existentes (Potencialidades)
<p>- Falta de conhecimento/ competências/ serviços prestados pelas diferentes instituições e desconhecimento das áreas geográficas de intervenção</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Sobreposição da intervenção; - Subvalorização de serviços; - Aumento da ineficiência e consequente ineficácia no âmbito da intervenção e respostas; - Falta de comunicação interinstitucional; - Falta de rentabilização de recursos; - Diminuição na implantação de estruturas regionais e subregionais por inércia do exercício de cidadania activa; - Falta de coerência na área geográfica inter e intrainstitucional; - Desconhecimento de competências inter e intrainstitucionais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Desmotivação institucional na implementação de projectos; - Isolamento institucional; - Falta de divulgação e área de intervenção; - Dispersão legislativa e regulamentar; - Falta de poder decisional. 	<ul style="list-style-type: none"> - População. 		<ul style="list-style-type: none"> - Equipa de Cuidados Continuados; - Gestão conjunta entre as instituições da cidade sobre o SAD; - I.E.F.P – Centro de Emprego de Torres Vedras; - Programa Rede Social; - Autarquias; - C.P.C.J.; - Conselho Municipal de Educação; - Centro de Atendimento a Toxicodependentes; - Grupo Mulheres Vítimas de Violência Doméstica; - Alcoólicos Anónimos;

3.1 - Resultados do Grupo da Articulação Interinstitucional – Cidade (continuação)

Caracterização dos problemas das freguesias da cidade (Ficha 2)

Qual	Efeitos no local	Causas	Grupos	Freguesias mais afectadas	Recursos Existentes (Potencialidades)
					<ul style="list-style-type: none"> - Voluntariado da SCMTV; -APECI; -Rotary Club de Torres Vedras; - Associações Desportivas, Culturais e Recreativas; - Hospital Central; - Instituto Segurança Social; - Centro de Saúde; - Universidade da 3ª Idade; - Centro de Informação Municipal à Juventude; - Comunidade Urbana do Oeste.

3.1 - Resultados do Grupo da Articulação Interinstitucional – Cidade

Caracterização dos problemas das Freguesias da Cidade (Ficha 2)

Qual	Efeitos no local	Causas	Grupos	Freguesias mais afectadas	Recursos Existentes (Potencialidades)
<p>- Falta de articulação/ comunicação interna e externa nas instituições</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Recursos sub utilizados; - Deficientes respostas à população; - Sobreposição de respostas; - Morosidade da resposta. 	<ul style="list-style-type: none"> - Ausência de reuniões internas na instituição; - Insuficiente divulgação das competências (actividades, iniciativas, objectivos, recursos); - Ausência de um fórum para troca de experiências entre as várias entidades; - Isolamento institucional. 	<ul style="list-style-type: none"> - População; - Próprias instituições. 		<ul style="list-style-type: none"> - IPSS's; - Juntas de Freguesia; - Centro de Saúde e Centro Médico; - C.P.C.J.; - Escolas de Formação/Agrupamentos Escolares; - Segurança Social; - Centro Hospitalar de Torres Vedras; - I.E.F.P. – Centro de Emprego de Torres Vedras; - Conhecimento que as Instituições têm da realidade; - Reuniões já existentes de Instituições de diversas áreas; - Programa Rede Social; - "Internet".

3.1 - Resultados do Grupo da Articulação Interinstitucional - Cidade

Caracterização dos problemas das Freguesias da Cidade (Ficha 2)

Qual	Efeitos no local	Causas	Grupos	Freguesias mais afectadas	Recursos Existentes (Potencialidades)
<p>- Falta de respostas sociais/ocupacionais em creche/jovens/idosos / dependentes</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Listas de espera (idosos, lar, creches); - Propostas inadequadas para problemas específicos (Alzheimer e menores de 65 anos); - Jovens sem objectivos de vida. 	<ul style="list-style-type: none"> - Horário restrito da rede escolar; - Falta de formação para profissionais especializados; - Falta de curriculum alternativo para jovens que não concluem a escolaridade obrigatória; - Falta de planificação interinstitucional. 	<ul style="list-style-type: none"> - Famílias; - Escolas; - Instituições. 		<ul style="list-style-type: none"> - Instituições diversas; - Universidade da 3ª Idade; - Associações; - Escolas; - Edifícios escolares devolutos.

3.1 - Resultados do Grupo da Articulação Interinstitucional - Cidade

Grelha de Prioridades (Ficha 3)

Problema	Dimensão do Problema	Viabilidade Técnica (Recursos locais: grupos técnicos, grupos informais, etc.)	Viabilidade Política (Programas, medidas políticas, orçamentos...)	A sua resolução contribui para a resolução de outros problemas	Prioridades de Intervenção (Total)
- Inexistência de “espaço” de discussão/análise/resolução conjunta institucional	43	36	32	42	153
- Falta de conhecimento/competências/ serviços prestados pelas diferentes instituições e desconhecimento das áreas geográficas de intervenção	35	38	33	37	143
- Falta de articulação/comunicação interna e externa nas instituições	36	38	31	35	140
- Falta de respostas sociais e ocupacionais em creches/jovens idosos e dependentes	33	31	23	29	116

Pontuação: 1 – 5 (Sendo 5 o mais grave, mais difícil, mais recursos e com maior impacto)

3.2 - Prioridades de Intervenção nas Freguesias da Cidade

- Inexistência de “espaço” de discussão/análise/resolução conjunta institucional;
- Falta de conhecimento/competências/ serviços prestados pelas diferentes instituições e desconhecimento das áreas geográficas de intervenção;

Após a realização das Metodologias Participativas, várias vulnerabilidades foram sentidas no concelho de Torres Vedras, sendo a falta de articulação interinstitucional uma das consideradas mais relevantes nas duas freguesias da cidade (Sta. Maria e S. Miguel e S. Pedro e Santiago). Assim, na fase de constituição dos grupos de trabalho, denotou-se a necessidade de criar um grupo que se debruçasse unicamente sobre a questão da Articulação Interinstitucional, procurando, através dos elementos que o integrassem, fundamentar a necessidade da parceria como forma de responder às várias necessidades da comunidade do concelho de Torres Vedras.

Sendo o grupo composto exclusivamente por instituições sedeadas nas freguesias da cidade, procurou-se que este fosse heterogéneo na sua composição, ou seja, onde estivessem representados organismos diversificados, com pontos de vista e áreas de actuação diferentes, mas cujo objectivo seja o mesmo: o servir a população.

Assim sendo, no Workshop de 4 e 5 de Janeiro de 2005, contou-se com a participação de Instituições nas seguintes áreas de intervenção: Educação: ADRO – Agência de Desenvolvimento Regional do Oeste e Câmara Municipal de Torres Vedras – Sector da Educação; na Educação de Crianças Inadaptadas: APECI – Associação para a Educação de Crianças Inadaptadas de Torres Vedras; Emprego e Formação Profissional: IEFPP – Instituto de Emprego e Formação Profissional; Saúde: Centro de Saúde de Torres Vedras; na Acção Social: ISS IP – Instituto de Segurança Social – Serviço Local de Torres Vedras; ainda na mesma área, mas com as valências de Lar, SAD e Centro de Dia, o Lar de São José – Fundação de Solidariedade Social e a Santa Casa da Misericórdia, o Centro Social e Paroquial de Torres Vedras, que, embora possua o Serviço de Apoio Domiciliário e um centro de Intervenção Comunitária, tem área de actuação mais alargada, dado que possui Creche, Jardim-de-infância e ocupação de tempos livres das crianças e jovens.

Com um leque tão diversificado de participantes e contando com o conhecimento que cada um possui dos fenómenos sociais do concelho e a capacidade de definir claramente os obstáculos com que se deparam nas instituições onde exercem funções, o grupo da Articulação Interinstitucional, diagnosticou uma multiplicidade de problemas sobre os quais considerou imperativo trabalhar. Contudo, é importante ter em conta que, entre os elementos que compunham este grupo de trabalho, existiam elementos com cargos e poderes de decisão e actuação distintos, levando a perspectivas diferenciadas.

Posteriormente, procedeu-se à votação dos problemas levantados anteriormente, verificando-se uma maior incidência sobre quatro deles:

- Inexistência de “espaço” de discussão/análise/resolução conjunta interinstitucional;
- Falta de articulação/ comunicação interna e externa nas instituições;
- Falta de conhecimento das competências e serviços prestados pelas diferentes instituições e desconhecimento das áreas geográficas de intervenção;
- Falta de respostas sociais/ocupacionais em creche/jovens e idosos/dependentes.

Submetidos novamente a votação, foram tidos como mais importantes: inexistência de “

espaço” de discussão/análise/resolução conjunta interinstitucional e a falta de conhecimento das competências e serviços prestados pelas diferentes instituições e desconhecimento das áreas geográficas de intervenção.

Após serem apuradas as causas e os efeitos dos problemas referidos anteriormente, depara-se com a dificuldade de fundamentar estatisticamente os resultados, dado que se trata de necessidades no âmbito da interacção humana e da parceria entre as instituições existentes. No entanto e tendo em conta que estes dados foram recolhidos no Workshop e fornecidos pelos vários intervenientes, procedeu-se a uma análise de conteúdo aprofundada, tendo por base as grelhas elaboradas e a realidade do concelho, cruzando informações e procurando aprofundar e justificar as opiniões obtidas.

Começando assim pelo problema considerado mais relevante – Inexistência de “espaço” de discussão/análise/resolução conjunta interinstitucional; considerou-se de extrema importância a criação de um espaço, não se entendendo apenas a palavra “espaço” como sendo um espaço físico, mas sim de momentos de encontro e debate, onde pudessem existir oportunidades de discussão e partilha de opiniões e necessidades, onde reine a partilha de recursos que as instituições possuem, bem como o desejo de encontrar, em conjunto, respostas para as necessidades da comunidade. Foram diagnosticados vários efeitos que este problema tem no local, tais como o desaproveitar das potencialidades existentes no concelho,

como espaços, recursos humanos, instituições, grupos, etc.; uma sobreposição por parte de algumas instituições de intervenção e actuação nos serviços que prestam à comunidade, denotando-se algumas carências de respostas em diferentes âmbitos; considerou-se, ainda, como efeitos significativos uma falta de partilha de informação, que por sua vez não permite planificar, negociar e decidir sobre a forma mais eficaz de actuar sobre os problemas, contando com a intervenção e a parceria das várias instituições; foi ainda sentida e considerada, como efeito importante, a inexistência de delimitação das competências nas diversas áreas de intervenção, bem como, um aumento da ineficácia no que se refere à capacidade de intervir e responder às necessidades e carências da população em geral.

Tendo em conta ainda o mesmo problema, foram diagnosticadas e analisadas as causas que levam a que este seja sentido pelos parceiros. Assim sendo, foi considerado que o desconhecimento das competências e do que cada instituição tem para oferecer à população é sentido por todos, ou seja, não existe o conhecimento da capacidade de resposta que as outras instituições possuem para um determinado problema, de forma a existir um encaminhamento das problemáticas de forma lógica e ordenada.

Existe, ainda que de uma forma camuflada, o receio de ingerências que possam ocorrer na gestão e poder de decisão que se tem dentro da instituição; o isolamento institucional, bem como a falta de espírito

de equipa e de parceria entre as instituições, são duas das causas consideradas de extrema importância e que em muito dificultam a eficácia das respostas à população.

Foi verificada uma certa resistência e oposição à avaliação dos serviços, do funcionamento e da capacidade de resposta que cada instituição possui. Por último, mas não menos importante, foi elencada como causa a anomia da sociedade civil, ou seja, a falta de organização desta, bem como a aplicabilidade dos direitos e deveres dos cidadãos.

No que toca aos grupos considerados mais afectados pelo problema da inexistência de espaços de discussão/análise/resolução conjunta interinstitucional, foram considerados os idosos, os grandes dependentes, as crianças, os jovens, os adultos activos e os grupos considerados de risco.

Quanto aos recursos/potencialidades existentes neste momento no concelho, o balanço é positivo, dado que estes são inúmeros. Contudo poderão não estar devidamente rentabilizados e aproveitados.

Foram considerados importantes:

A Equipa dos Cuidados Continuados; a gestão conjunta entre as instituições da cidade sobre o Serviço de Apoio Domiciliário; Instituto de Emprego e Formação Profissional; Programa Rede Social; Autarquias; Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco; Conselho Municipal de Educação; Centro de Atendimento a

Toxicodependentes; Associação de Mulheres Contra a Violência Doméstica; Grupo de Alcoólicos Anónimos; Voluntariado da Santa Casa da Misericórdia de Torres Vedras; Associação Para a Educação de Crianças Inadaptadas de Torres Vedras; Rotary Club de Torres Vedras; Associações Desportivas, Culturais e Recreativas; Centro Hospitalar de Torres Vedras; Instituto de Segurança Social; Centro de Saúde; Universidade da 3ª Idade; Centro Informação Municipal à Juventude e a Comunidade Urbana do Oeste.

Assim e de acordo com esta vasta lista de recursos, é possível constatar que, através da parceria e da partilha de informação, muito é possível fazer por um concelho com carências e necessidades que poderão ser resolvidas.

Relativamente ao segundo problema priorizado pelo grupo – Falta de conhecimento/competências/serviços prestados pelas diferentes instituições e desconhecimento das áreas geográficas de intervenção – concluiu-se que existe um desconhecimento das capacidades e dos serviços que cada instituição presta à comunidade, bem como os limites territoriais de actuação de cada entidade.

Tal como o problema analisado anteriormente, também este tem efeitos e causas para a sua existência. Assim, e no que se refere aos efeitos, o grupo concordou que a sobreposição de actuação, bem como a subvalorização de serviços por parte das instituições, são efeitos que este problema tem no local. Contudo, os efeitos não ficam por aqui, pois este problema também leva à ineficiência e

consequente insuficiência nas capacidades de resposta nos vários âmbitos de intervenção, à falta de conhecimento e partilha de informação e comunicação entre as diversas instituições, provocando a não rentabilização das potencialidades existentes.

Considera-se ainda, que a falta de interesse e actividade por parte da população, leva como efeito do problema levantado pelo grupo, à diminuição na implantação de estruturas regionais e sub regionais. A inexistência de conformidade na área geográfica e territorial, bem como, o desconhecimento das competências inter e intra institucionais, são também dois efeitos sentidos com este problema, que ajudam a reforçar a necessidade de existir uma partilha cada vez mais alargada das competências e atribuições concedidas a cada instituição.

Quanto às causas, é possível afirmar que este problema se justifica pela desmotivação existente nas instituições no que se refere à concretização dos seus projectos, dado que se sentem muitas vezes bloqueadas e sem saber a quem e como recorrer para que as acções fluam com maior naturalidade e facilidade. Verifica-se ainda um isolamento institucional, dado que as instituições não cultivam o espírito da partilha e da parceria de saberes, tendo apenas em conta as próprias necessidades e esquecendo que as suas limitações poderão ser o ponto forte de outro parceiro. O espírito da entreatajuda será benéfico e construtivo para todas as partes e, consequentemente, para a comunidade em geral.

A insuficiente divulgação das áreas de intervenção, ajuda a aumentar o problema que tem vindo a ser analisado – Falta de conhecimento/competências/serviços prestados pelas diferentes instituições e desconhecimento das áreas geográficas de intervenção – tornando a sua resolução cada vez mais necessária. É de salientar a dispersão da legislação e da regulamentação existente, como causa para o desconhecimento da realidade de cada instituição. Por fim, é importante referir que o condicionamento no poder de decisão, sentido por alguns dos elementos presentes, foi um dos pontos que deteve maior atenção, dado que existe uma limitação na delegação de poderes de decisão.

O grupo considerou que este problema – Falta de conhecimento/competências/serviços prestados pelas diferentes instituições e desconhecimento das áreas geográficas de intervenção – atinge toda a comunidade do concelho de Torres Vedras, dada a inexistência de uma complementaridade entre as instituições, que promova melhor qualidade e maior abrangência dos serviços prestados.

Quanto aos recursos/potencialidades existentes para responder a esta necessidade, concluiu-se que os referidos no problema analisado anteriormente, teriam a mesma capacidade de resposta para a vulnerabilidade que se acabou de analisar.

Após a análise dos dados recolhidos no Workshop, é possível afirmar que a flexibilidade, parceria e articulação entre as entidades intervenientes, poderá melhorar a qualidade e a quantidade de serviços prestados à comunidade e incentivar à participação activa da população na resolução dos problemas, vulnerabilidades e carências do concelho de Torres Vedras.

No entanto, no concelho de Torres Vedras já existe um exemplo, embora informal, de articulação entre instituições. Assim, em Outubro de 2003 o serviço de apoio domiciliário da Santa Casa da Misericórdia de Torres Vedras alargou a sua intervenção para os sete dias da semana, passando a fazer parte da Equipa dos Cuidados Continuados Articulados e Integrados de Torres Vedras. Com o objectivo de dinamizar a equipa, as Assistentes Sociais dos Serviços de Apoio Domiciliário da Santa Casa da Misericórdia de Torres Vedras e do Lar de S. José passaram, de um modo informal, a:

- gerir as listas de espera do Serviço de Apoio Domiciliário em comum, segundo as prioridades;
- criar instrumentos de trabalho que possibilitem um fácil registo de ocorrência;
- analisar as necessidades dos utentes dos dois serviços de apoio domiciliário;
- criar projectos que dêem respostas às necessidades identificadas;
- exercer supervisão profissional;
- proceder à avaliação dos pedidos e respectivo encaminhamento;

- sensibilizar para a valência de centro de dia;

Depois dos resultados desta experiência, esta intervenção poderá vir a ser alargada a outros serviços de apoio domiciliário da cidade.

4 - RESPOSTAS SOCIAIS DIVERSIFICADAS

4.1 - Resultados do Grupo das Respostas Sociais Diversificadas – Concelho

Identificação dos problemas do concelho de Torres Vedras (Ficha 1)

	Pontuação
- Baixa qualificação escolar	
- Insucesso escolar	
- Insuficiente resposta de equipamentos para a infância	1
- Insuficiente resposta de equipamentos para saúde	
- Falta de ocupação de jovens acima dos 12 anos	
- Insuficiente rede de equipamentos sociais nas valências de lar, serviço de apoio domiciliário e grandes dependentes	3
- Falta de resposta à toxicodependência/HIV	
- Falta de resposta à imigração	
- Falta de resposta à inclusão social	
- Falta de articulação/cooperação institucional	
- Falta de equipamentos de acolhimento para crianças/jovens em risco	4
- Insuficiente resposta ao nível da deficiência	

4.1 - Resultados do Grupo das Respostas Sociais Diversificadas – Concelho

Identificação dos problemas do concelho de Torres Vedras (Ficha 1)

	Pontuação
- Insuficiente intervenção social no domínio da habitação	2
- Falta de rentabilização dos subsidiados de rendimento social de inserção e desemprego	2
- Baixa qualificação profissional	1
- Excessiva concentração de equipamentos sociais na cidade	1
- Falta de valores sociais	

Pontuação: O sistema da pontuação consiste na atribuição de dois autocolantes a cada participante, que pontua o mesmo problema ou dois diferentes, consoante o impacto que este/estes tem/têm nas freguesias que os parceiros representam.

4.1 - Resultados do Grupo das Respostas Sociais Diversificadas – Concelho

Caracterização dos problemas do concelho de Torres Vedras (Ficha 2)

Qual	Efeitos no local	Causas	Grupos	Freguesias mais afectadas	Recursos Existentes (Potencialidades)
------	------------------	--------	--------	---------------------------	---------------------------------------

<p>- Insuficiente rede de equipamentos sociais nas valências de lar, serviço de apoio domiciliário e grandes dependentes</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Económicos: Sobrecarga económica para as famílias; - Psico-sociais: Isolamento/solidão; - Geográficos: Maior mobilidade das famílias; - Desenraizamento da pessoa que necessita da prestação de serviço; - Sobrecarga de infra-estruturas no meio urbano. 	<ul style="list-style-type: none"> - Envelhecimento da população; - Esperança de vida cada vez maior; - Organização/ estrutura familiar; - Questões económicas: Financiamento Prioridades - Entraves legais e burocráticos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Idosos; - População activa. 	<ul style="list-style-type: none"> - Todas, com especial incidência nas freguesias do litoral: S. Pedro Cadeira Silveira Maceira 	<ul style="list-style-type: none"> - Qualidade da paisagem; - Aproveitamento do património existente; - Rentabilidade da actividade face à localização do concelho; - Conhecimento e experiência na área.
---	---	--	--	---	---

4.1 - Resultados do Grupo das Respostas Sociais Diversificadas - Concelho

Caracterização dos problemas do concelho de Torres Vedras (Ficha 2)

Qual	Efeitos no local	Causas	Grupos	Freguesias mais afectadas	Recursos Existentes (Potencialidades)
------	------------------	--------	--------	---------------------------	---------------------------------------

<p>- Falta de equipamentos de acolhimento para crianças/jovens em risco</p>	<p>- Maior probabilidade: Surgimento, agravamento e manutenção de comportamentos de risco;</p> <p>- Abandono e insucesso escolar;</p> <p>- Desestruturação familiar;</p> <p>- Aumento de dificuldades de inserção;</p> <p>- Dificuldade na intervenção e promoção da protecção de crianças e jovens.</p>	<p>- Recente reconhecimento público da problemática;</p> <p>- Falta de iniciativa e apoio local e político para a criação de equipamentos;</p> <p>- Falta de apoio financeiro para a manutenção.</p>	<p>- Jovens e crianças em risco e respectivas famílias;</p> <p>- Comunidade.</p>	<p>- Todo o concelho.</p>	<p>- IPSS's;</p> <p>- CPCJ;</p> <p>- Rentabilização do património existente;</p> <p>- Programa Rede Social.</p>
--	--	--	--	---------------------------	---

4.1 - Resultados do Grupo das Respostas Sociais Diversificadas - Concelho

Caracterização dos problemas do concelho de Torres Vedras (Ficha 2)

Qual	Efeitos no local	Causas	Grupos	Freguesias mais afectadas	Recursos Existentes (Potencialidades)
------	------------------	--------	--------	---------------------------	---------------------------------------

<p>- Insuficiente intervenção social no domínio da habitação</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Desenraizamento do meio; - Perda de qualidade de vida; - Diminuição do poder económico das famílias; - Diminuição da coesão familiar; - Especulação imobiliária. 	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento do número de carenciados; - Baixo incremento das medidas sociais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Comunidade; - Famílias carenciadas. 	<p>- Todas, com especial incidência nas freguesias da cidade.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - C.M.T.V. no ordenamento das regras para viabilização e incentivo a entidades promotoras (públicas e privadas); - C.M.T.V. e I.P.P.S. com património para arrendamento controlado.
---	--	--	--	---	--

4.1 - Resultados do Grupo das Respostas Sociais Diversificadas - Concelho

Caracterização dos problemas do concelho de Torres Vedras (Ficha 2)

Qual	Efeitos no local	Causas	Grupos	Freguesias mais afectadas	Recursos Existentes (Potencialidades)
------	------------------	--------	--------	---------------------------	---------------------------------------

<p>- Falta de rentabilização dos subsidiados de Rendimento Social de Inserção e Desemprego</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Não rentabilização/desperdício de recursos económicos; - Prejuízo na economia global do concelho pela necessidade de contratação de mão-de-obra exterior. 	<ul style="list-style-type: none"> - Má gestão e fugas ao sistema; - Economia paralela; - Fiscalização insuficiente; - Inexistência de cruzamento de dados entre instituições. 	<ul style="list-style-type: none"> - População activa beneficiária dos subsidio; - Comunidade. 	<ul style="list-style-type: none"> - Todo o concelho. 	<ul style="list-style-type: none"> - Entidades públicas; - I.P.P.S.; - Cooperação e articulação entre instituições; - Bases de dados.
---	--	--	--	--	---

4.1 - Resultados do Grupo das Respostas Sociais Diversificadas - Concelho

Grelha de prioridades (Ficha 3)

Problema	Dimensão do Problema	Viabilidade Técnica (Recursos locais: grupos técnicos, grupos informais, etc.)	Viabilidade Política (Programas, medidas políticas, orçamentos...)	A sua resolução contribui para a resolução de outros problemas	Prioridades de Intervenção (Total)
- Insuficiente rede de equipamentos sociais nas valências de lar, serviço de apoio domiciliário e grandes dependentes	20	19	16	21	76
- Falta de equipamento de acolhimento para crianças / jovens em risco	26	20	16	26	88
- Insuficiente intervenção social no domínio da habitação	21	16	13	22	72
- Falta de rentabilização dos subsidiados de Rendimento Social de Inserção e Desemprego	20	23	12	19	74

Pontuação: 1 – 5 (Sendo 5 o mais grave, mais difícil, mais recursos e com maior impacto)

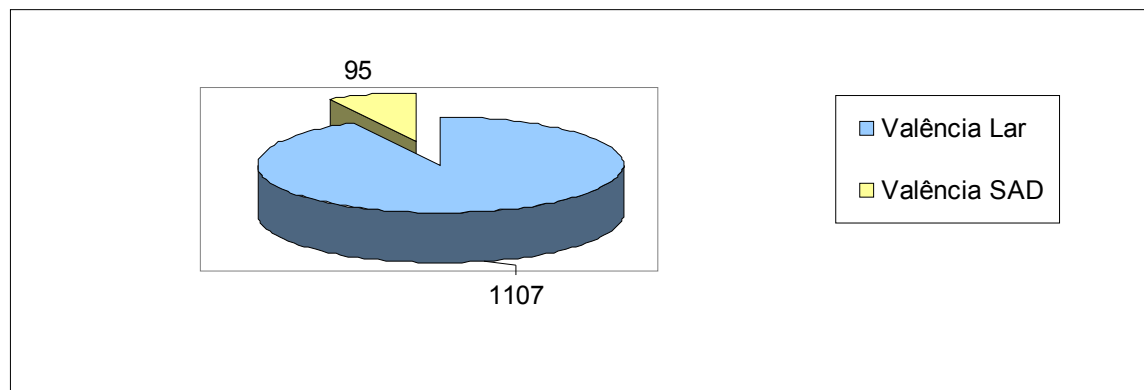
4.2 - Fundamentação Estatística

Quadro 11 – População Residente segundo o Grupo Etário, por Zona Geográfica, nos anos 1991 e 2001

Zona Geográfica	População Residente Segundo o Grupo Etário											
	Número de Habitantes						Repres. Face População Res. Total (%)					
	0 a 14 anos		15 a 64 anos		65 e mais anos		0 a 14 anos		15 a 64 anos		65 e mais anos	
	1991	2001	1991	2001	1991	2001	1991	2001	1991	2001	1991	2001
Interior	3862	3295	14517	14329	3773	4560	17,4	14,8	65,5	64,6	17,1	20,6
Litoral	5114	4457	16745	18675	3251	4325	20,4	16,2	66,7	68	12,9	15,8
Cidade	3661	3559	13613	15371	2649	3679	18,4	15,7	68,3	68	13,3	16,3
Total Concelho	12637	11311	44875	48375	9673	12564	18,8	15,6	66,8	67	14,4	17,4

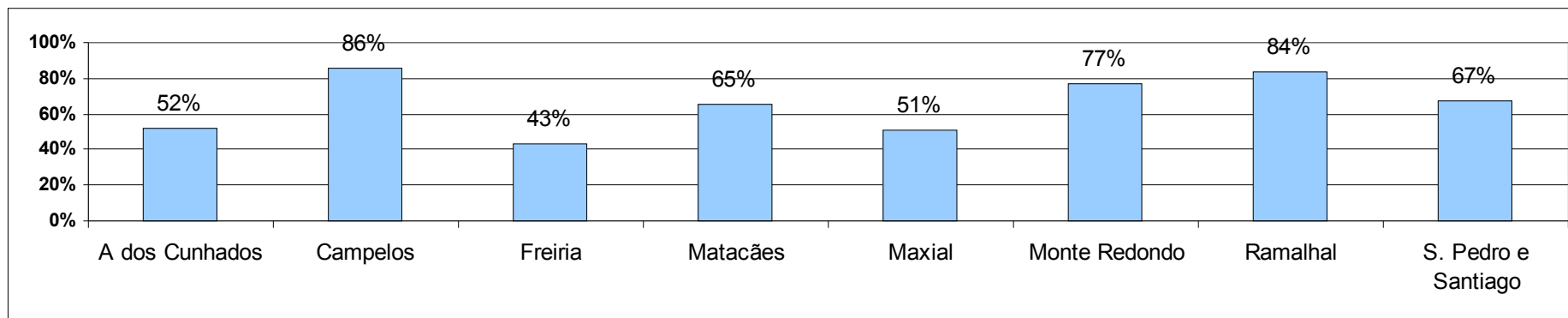
Fonte: INE, XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População e III e IV Recenseamentos Gerais da Habitação, 1991 e 2001

Gráfico 6 – Lista de espera nas Instituições Particulares de Solidariedade Social com valência de lar e/ou serviço de apoio domicílio do concelho de Torres Vedras



Fonte: Programa Rede Social de Torres Vedras, 2005

Gráfico 7 – Percentagem de Utentes dependentes da valência Lar nas Instituições Particulares de Solidariedade Social do Concelho de Torres Vedras, no ano 2005



Fonte: ISS, IP – Serviço Local de Torres Vedras, 2005

Quadro 12 – Número de Pensionistas do Regime Geral Contributivo e não Contributivo ou Equiparado, nos anos 2003 e 2004, no concelho de Torres Vedras

Tipo de Pensionistas	Pensionistas por invalidez			Pensionistas por Velhice			Pensões de Sobrevivência			Total Pensionistas		
	Anos	2003	2004	Variação	2003	2004	Variação	2003	2004	Variação	2003	2004
Regime Contributivo	2082	2017	-3%	8740	9222	6%	3872	4049	5%	14694	15288	4%
Regime Não Contributivo ou Equiparado	218	208	-5%	292	279	-4%	15	13	-13%	525	500	-5%
Total	2300	2225	-3%	9032	9501	5%	3887	4062	5%	15219	15788	4%

Fonte: Centro Nacional de Pensões, 2005

Quadro 13 – Relação entre População Residente e Pensionistas do Regime Contributivo no concelho de Torres Vedras

População Residente	Relação entre Residentes e Pensionistas		População Residente + 65 anos em 2001	Relação entre Residentes + 65 anos e Pensionistas por velhice	
	2003	2004		2003	2004
72250	20%	21%	12564	70%	73%

Fonte: Centro Nacional de Pensões, 2005

Quadro 14 – Crianças e Jovens em perigo acompanhados pelo Serviço Local de Torres Vedras, no final de Dezembro 2004

Zona Geográfica	Menores Acompanhados Dezembro 2004	Número Jovens até 19 anos residentes	Relação Jovens acompanhados e Jovens residentes	Menores acompanhados Dezembro 2004 por sexo		Média de Idades	Menores Acompanhados Dezembro de 2004 por Grupos Etários					
				F	M		0 a 2 anos	3 a 5 anos	6 a 9 anos	10 a 12 anos	13 a 15 anos	16 a 17 anos
Interior	22	4655	0,50%	9	13	10 Anos	1	3	4	6	7	1
Litoral	28	6275	0,40%	11	17	9 Anos	3	6	4	8	7	0
Cidade	33	4906	0,70%	24	9	8 Anos	3	8	7	8	5	2
Total Concelho	83	15836	0,50%	44	39	9 Anos	7	17	15	22	19	3

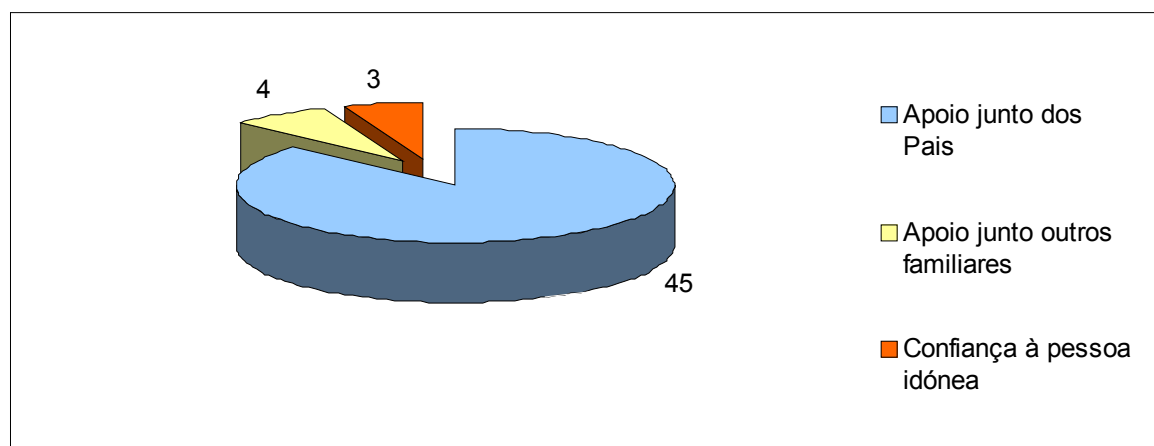
Fonte: ISS, IP – Serviço Local Torres Vedras, 2005

Quadro 15 – Crianças e Jovens em perigo acompanhados pela Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Torres Vedras, no final de Dezembro 2004

Zona Geográfica	Menores Acompanhados Dezembro 2004	Relação jovens acompanhados e jovens residentes	Menores acompanhados Dezembro 2004 por sexo		Menores Acompanhados até Dezembro de 2004 por Grupo Etário					
			F	M	0 a 2 anos	3 a 5 anos	6 a 9 anos	10 a 12 anos	13 a 15 anos	16 a 17 anos
Interior	60	1,20%	29	31	2	9	10	12	21	5
Litoral	51	0,80%	18	33	4	8	9	5	22	3
Cidade	91	1,80%	40	51	6	5	9	20	37	9
Total Concelho	202	1,30%	87	115	12	22	28	37	80	17

Fonte: Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Torres Vedras, 2005

Gráfico 8 – Medidas de Promoção e Protecção aplicadas pela Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Torres Vedras em 2004



Fonte: Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Torres Vedras, 2005

4.3 - Prioridades de Intervenção de Âmbito Concelhio

- Insuficiente rede de equipamentos sociais nas valências de lar, serviço de apoio domiciliário e grandes dependentes

No âmbito do grupo Respostas Sociais Diversificadas, o referido problema foi particularmente identificado devido a duas causas, sentidas não só no concelho de Torres Vedras como no país, ou seja, o envelhecimento populacional e o aumento da esperança média de vida. Esta informação, quando confrontada com os dados da população residente, no concelho, segundo o grupo etário, por zona geográfica, num período intercensitário (1991-2001), demonstra que a população com 65 e mais anos teve um aumento significativo (3%), isto é, passou de 14,4% em 1991 para 17,4% em 2001, dado que nos indica claramente o processo global de envelhecimento da população e, conseqüentemente, do aumento da esperança média de vida (vide quadro 11).

O envelhecimento populacional bem como o aumento da esperança média de vida têm desenvolvido alguns efeitos no concelho e alertado para a necessidade de adaptar respostas sociais, uma vez que existe uma crescente sobrecarga económica e necessidade de mobilização das famílias, além do isolamento dos potenciais utilizadores destes serviços.

Neste sentido, será importante referir os conceitos de lar *“resposta social desenvolvida em alojamento colectivo de utilização temporária ou permanente, para idosos em situação de maior risco de perda de independência e/ou de autonomia”* e serviço de apoio domiciliário

*“resposta social que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio, a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das suas necessidades básicas e/ou as actividades da vida diária.”*²

Assim sendo, procedeu-se a um levantamento estatístico junto das 22 instituições particulares de solidariedade social do concelho que possuem as valências de serviço de apoio domiciliário e lar, para conhecer a sua lista de espera, por sexo, até Janeiro de 2005. Deste levantamento, (vide gráfico 6) constatou-se que existe um total de 95 utentes em lista de espera para serviço de apoio domiciliário, sendo a maioria do sexo feminino (58) enquanto que na valência de lar existe um total de 1107, concentrando-se também este no sexo feminino (714). É ainda de destacar que, por instituição, existe em média 5 utentes em lista de espera para o serviço de apoio domiciliário e 92 para a valência de lar, factores que permitem concluir que a rede de equipamentos sociais existentes não é suficiente para fazer face às necessidades do concelho. Contudo torna-se necessário alertar para o facto de que o número de utentes em lista de espera poderá não corresponder exactamente à realidade, uma vez que o mesmo utente tem a hipótese de se inscrever simultaneamente em várias instituições. Porém, está significativamente patente que há

² Guiões Técnicos, Direcção Geral da Acção Social, Núcleo de Documentação Técnica e Divulgação, Lisboa, 1996

necessidades na valência de lar e de alargamento dos serviços prestados no âmbito do serviço de apoio domiciliário. O serviço de apoio domiciliário permite que os indivíduos permaneçam mais tempo nos seus domicílios e a sua entrada em lar ocorra já em situação de dependência. As estruturas para grandes dependentes são as mais necessárias, uma vez que os lares existentes não dispõem dos recursos adequados para apoiar esta população.

Considera-se ainda pertinente referir que, das 35 instituições existentes no concelho, 22 têm valências para idosos, das quais, 7 centram-se na cidade, (6 na freguesia de S. Pedro e Santiago), 8 nas freguesias do interior e 7 nas freguesias do litoral. É ainda de salientar, que das 7 instituições da cidade e 8 do litoral, 5 possuem valência de serviço de apoio domiciliário e de lar, enquanto que das 7 instituições sediadas no litoral todas possuem Serviço de Apoio Domiciliário e apenas 3 a valência de lar (vide anexo VI).

Ao relacionar-se a população residente com mais de 65 anos segundo os censos 2001 com os pensionistas por velhice entre 2003 e 2004, constata-se que houve um aumento de 3%, ou seja, em 2003 existiam 70% e em 2004 73% (vide quadro 13). Enquanto que os pensionistas do regime geral contributivo por invalidez diminuíram 3%, os pensionistas por velhice aumentaram 6% e as pensões de sobrevivência 5%, no regime não contributivo dos mesmos anos; por outro lado, verifica-se uma variação negativa nos pensionistas por invalidez (-5%), por velhice (-4%) e de sobrevivência (-13%) (vide quadro 12).

Constata-se que, na sua maioria, os pensionistas, têm vindo a aumentar e, apesar de não existirem dados com os graus de incapacidade por concelho, estes resultados alertam para a necessidade de um serviço para grandes dependentes, uma vez que não existe nenhum com estas características no concelho. No entanto, considerou-se pertinente consultar o total de utentes inscritos no Centro de Saúde de Torres Vedras, com idade ≥ 65 anos e calcular, segundo a fórmula defendida por Alexandre Kalache (Perito da Organização Mundial de Saúde), o número de grandes dependentes no concelho. Em suma, 5% destes utentes, ou seja, 746 são considerados grandes dependentes no concelho de Torres Vedras, contudo não refere o valor real, porque se desconhecem os dados relativos às anteriores faixas etárias.

Nesta sequência, é pertinente referir o estabelecido no Dec. Lei nº 265/99, de 14 de Julho, que considera em situação de dependência *os indivíduos que não possam praticar com autonomia os actos indispensáveis à satisfação das necessidades básicas da vida quotidiana, nomeadamente, os relativos à realização dos serviços domésticos e cuidados de higiene, carecendo da assistência de outrem*. No entanto, a necessidade enquadra-se nos indivíduos portadores de dependência do 2º grau *que para além das limitações acima referidas, se encontrem acamados ou apresentem quadros de demência grave*.

- Falta de equipamentos de acolhimento para crianças/jovens em risco

O art. 3º do Capítulo I da Lei nº 147/99, de 1 de Setembro define que são crianças e jovens em perigo as que se encontram numa das seguintes situações: *está abandonada ou vive entregue a si própria; sofre de maus-tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais; não recebe os cuidados ou a afeição adequados à sua idade e situação pessoal; é obrigada a actividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento; está sujeita, de forma directa ou indirecta, a comportamentos que afectem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional; assume comportamentos ou se entrega a actividades ou consumos que afectem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de modo adequado a remover essa situação.*

O conhecimento público recente da problemática das crianças/jovens em risco, a falta de iniciativa de apoio local e político para a criação de equipamentos e a conseqüente falta de apoio para a sua manutenção, têm sido as causas que justificam a inexistência de equipamento de acolhimento no concelho de Torres Vedras.

Neste contexto, o Centro de Acolhimento Temporário (CAT) assenta em dois princípios fundamentais:

- a natureza e gravidade da situação da criança e jovem;
- o contexto sócio-familiar em que a criança se encontra, que não permite a realização do diagnóstico objectivo da sua situação e a planificação da intervenção mais adequada.

Assim, define-se Centro de Acolhimento Temporário como *resposta social desenvolvida em equipamento, que tem por finalidade o acolhimento urgente e transitório, por período não superior a 6 meses, de crianças e jovens em situação de risco, proporcionando condições para a definição do seu projecto de vida e adequado encaminhamento.*³

As crianças e jovens acompanhados pela Equipa de Crianças e Jovens do Instituto de Segurança Social, IP – Serviço Local de Torres Vedras e pela Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco de Torres Vedras (CPCJ), são em média neste concelho 1,8%, realçando-se a sua maior representatividade na cidade (2,5%). Nas zonas do interior e do litoral as crianças e jovens acompanhados por estas entidades assumem, respectivamente, 1,7% e 1,2% dos jovens

³ Guiões Técnicos, Direcção Geral de Solidariedade e Segurança Social, Lisboa, 2003

residentes. A média de idades deste grupo no concelho ronda os 10 anos (vide quadro 14 e 15).

Os serviços que mais sinalizam estas situações na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco de Torres Vedras são os estabelecimentos de ensino e as forças de segurança (GNR e PSP). As medidas de promoção e protecção aplicadas pela CPCJ, em 2004, nas três zonas geográficas foram a medida de apoio junto dos pais (45), posteriormente, a medida de apoio junto de outro familiar (4) e, por fim, a confiança a pessoa idónea (3) só verificada na cidade (vide gráfico 8).

Efeitos como a desestruturação familiar (problema identificado no interior) e particularmente o insucesso e o abandono escolar (problema identificado no litoral) observam-se em todos os anos de escolaridade; no ano lectivo 2002/2003, estes efeitos são mais notórios e característicos no 1º ciclo. Estes elementos proporcionam um aumento das dificuldades de inserção e agravamento de comportamentos de risco. Apesar da existência de escolas profissionais surgir como uma potencialidade do concelho, considera-se insuficiente para responder às necessidades anteriormente analisadas.

5 - FUNCIONAMENTO DA REDE SOCIAL

NO CONCELHO DE TORRES VEDRAS (Núcleo Executivo)

5.1 - Resultados do Núcleo Executivo

Identificação dos problemas do funcionamento da Rede Social no concelho de Torres Vedras (Ficha 1)

	Pontuação
- Indisponibilidade de tempo dos elementos do Núcleo Executivo	
- Escassa/inadequada divulgação do Programa Rede Social	6
- Insuficiente interiorização dos objectivos e aplicabilidade do programa Rede Social	
- Fraca participação/motivação de alguns parceiros do CLAS nas dinâmicas de grupo	5
- Falta de formação dos parceiros do CLAS	

- Escassez de recursos económicos e humanos	
- Inadequadas condições de trabalho do Núcleo Executivo	
- Fraca articulação interinstitucional	
- Instrumentalização política do Programa Rede Social	
- Falta de formação técnico/metodológica dos elementos do Núcleo Executivo	
- Irregular presença de alguns elementos do Núcleo Executivo	
- Sobreposição de funções dos elementos do Núcleo Executivo	2
- Falta de enquadramento legal do Programa Rede Social	1

5.1 - Resultados do Núcleo Executivo

Identificação dos problemas do funcionamento da Rede Social no concelho de Torres Vedras (Ficha1)

	Pontuação
- Ausência de representantes da área económica e empresarial	
- Dispersão, dimensão e heterogeneidade do concelho	
- Interferências externas levam à pouca participação de alguns elementos do Núcleo Executivo	
- Indefinição do papel dos representantes das instituições que integram o Núcleo Executivo	2

Pontuação: O sistema da pontuação consiste na atribuição de dois autocolantes a cada participante, que pontua o mesmo problema ou dois diferentes, consoante o impacto que este/estes tem/têm nas freguesias que os parceiros representam.

5.1 - Resultados do Núcleo Executivo

Caracterização dos problemas do funcionamento da Rede Social no concelho de Torres Vedras (Ficha 2)

Qual	Efeitos no local	Causas	Grupos	Recursos Existentes (Potencialidades)
------	------------------	--------	--------	---------------------------------------

<p>- Escassa/inadequada divulgação do Programa Rede Social</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Insuficiente número e diversidade de parceiros; - Falta de reconhecimento do programa por parte da comunidade; - Fraca participação nas acções desenvolvidas; - Fraco empenhamento/envolvimento dos parceiros; - Criação de expectativas incorrectas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Linguagem muito técnica; - Insuficiente e inadequada planificação da divulgação; - Inadequada metodologia de divulgação; - Resistência de alguns parceiros quanto à disponibilidade de informação à comunidade (tempos desajustados); - Pouca utilização inicial dos grupos já existentes. 	<ul style="list-style-type: none"> - Comunidade; - Tecido empresarial; - Organizações e serviços. 	<ul style="list-style-type: none"> - Núcleo Executivo; - Grupos organizados da comunidade; - Eventos (ex: Feira S. Pedro, etc. ...); - Espaços físicos; - Articulação com outras redes; - Meios de comunicação locais.
---	---	--	--	--

5.1 - Resultados do Núcleo Executivo

Caracterização dos problemas do funcionamento da Rede Social no concelho de Torres Vedras (Ficha 2)

Qual	Efeitos no local	Causas	Grupos	Recursos Existentes (Potencialidades)
------	------------------	--------	--------	---------------------------------------

<p>- Fraca participação/motivação de alguns parceiros do CLAS nas dinâmicas de grupo</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Baixa assiduidade; - Menor diversidade; - Dificuldades de execução das acções; - Informação insuficiente; - Diagnóstico incompleto e desajustado; - Sustentabilidade da rede. 	<ul style="list-style-type: none"> - Informação incompleta; - Escassez de recursos humanos e sobreposição de funções; - Horário de funcionamento das reuniões e acções; - Fraco impacto social do Programa; - Inadequada/insuficiente divulgação. 	<ul style="list-style-type: none"> - Predisposição para estar presente em acções informativas.
---	--	--	---

5.1 - Resultados do Núcleo Executivo

Caracterização dos problemas do funcionamento da Rede Social no concelho de Torres Vedras (Ficha 2)

Qual	Efeitos no local	Causas	Grupos	Recursos Existentes (Potencialidades)
------	------------------	--------	--------	---------------------------------------

<p>- Sobreposição de funções dos elementos do Núcleo Executivo</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Irregularidade da presença dos elementos nas reuniões do Núcleo Executivo; - Perda da informação pontual de forma directa e participativa; - Desmotivação e bloqueio à participação. 	<ul style="list-style-type: none"> - Escassez de recursos humanos das organizações que constituem o Núcleo Executivo; - Periodização das organizações para as tarefas internas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Empenhamento/ responsabilização dos elementos do Núcleo Executivo; - Direcções das organizações; - Número de organizações.
---	--	---	--

5.1 - Resultados do Núcleo Executivo

Caracterização dos problemas do funcionamento da Rede Social no concelho de Torres Vedras (Ficha 2)

Qual	Efeitos no local	Causas	Grupos	Recursos Existentes (Potencialidades)
------	------------------	--------	--------	---------------------------------------

<p>- Indefinição do papel dos representantes das instituições que integram o Núcleo Executivo</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de autonomia para a tomada de decisões; - Limitação nas intervenções. 	<ul style="list-style-type: none"> - Insuficiente conhecimento das direcções na delegação de competências para o exercício pleno e autónomo dos seus representantes; - Insuficiente interiorização dos objectivos e aplicabilidade do Programa Rede Social; - Fraca participação/motivação do CLAS e dinâmicas de grupo; - Politização do Programa Rede Social; - Falta de enquadramento legal do Programa Rede Social; - Falta de formação dos parceiros; - Dificuldade em delegar competências nos representantes das instituições que integram o Núcleo Executivo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Direcção; - Técnicos; - Núcleo Executivo.
--	--	--	---

5.1 - Resultados do Núcleo Executivo

Grelha de Prioridades (Ficha 3)

Problema	Dimensão do Problema	Viabilidade Técnica (Recursos Locais- grupos técnicos, grupos informais, etc.)	Viabilidade Política (Programas, medidas políticas, orçamentos...)	A sua resolução contribui para a resolução de outros problemas	Prioridades de Intervenção (Total)
- Sobreposição de funções dos elementos do Núcleo Executivo	21	21	16	18	76
- Escassa/Inadequada divulgação do Programa Rede Social	26	20	16	23	85
- Fraca participação/motivação de alguns parceiros do CLAS nas dinâmicas de grupo	24	20	23	28	95
- Indefinição do papel dos representantes das instituições que integram o Núcleo Executivo	21	18	20	23	82

Pontuação: 1 - 5 (sendo 5 o mais grave, mais difícil, mais recursos e com maior impacto)

5.2 - Fundamentação Estatística

Quadro 16 – Número de Presenças das IPSS's e Entidades Públicas e Privadas nas Metodologias Participativas promovidas pela Rede Social de Torres Vedras

Zona Geográfica	Dinâmicas de Grupo			Workshop – Diagnóstico Social		
	IPSS's	Entidades Públicas	Entidades Privadas	IPSS's	Entidades Públicas	Entidades Privadas
Interior	9	3	-	9	7	-
Litoral	9	5	-	5	7	-
Cidade	9	8	1	5	10	1
Total Concelho	27	16	1	19	24	1

Fonte: Programa Rede Social, 2005

Quadro 17 – Média de Presenças das Juntas de Freguesia nas Reuniões de CLAS e nas Metodologias Participativas promovidas pela Rede Social de Torres Vedras

Zona Geográfica	CLAS	Dinâmicas de Grupo	Workshop – Diagnóstico Social
Interior	7	6	2
Litoral	5	4	2
Cidade	1	1	0
Total Concelho	13	11	4

Fonte: Programa Rede Social, 2005

5.3 - Prioridades de Intervenção no Programa Rede Social de Torres Vedras

No âmbito do Programa Rede Social no concelho de Torres Vedras, cabe ao Núcleo Executivo (constituído por sete entidades – Câmara Municipal de Torres Vedras, ISS, IP – Serviço Local de Torres Vedras, Associação Lar Abrigo Porta Aberta, Junta de Freguesia de Sta. Maria e S. Miguel, Associação de Solidariedade e Acção Social de Ponte do Rol, Centro Comunitário de Torres Vedras e Associação Para a Educação de Crianças Inadaptadas) assegurar o funcionamento deste programa e, consequentemente, garantir a sua sustentabilidade. Este

apoio técnico às parcerias com vista à atenuação da pobreza, da exclusão social e à promoção do desenvolvimento social, pretende criar melhores condições aos técnicos e entidades que promovem, nas diferentes freguesias, a prestação dos seus serviços, através de um trabalho qualificado.

A implementação desta rede de apoio social integrado traduz-se na criação do Conselho Local de Acção Social de Torres Vedras (CLASTVD), actualmente com 60 parceiros no concelho, constituído

por Autarquias Locais, Instituições Particulares de Solidariedade Social e Entidades Públicas e Privadas, que têm como objectivo criar plataformas de planeamento e intervenção social a nível de freguesia (com a futura constituição das comissões sociais inter-freguesia) e a nível concelhio (CLASTVD).

Tendo em conta que o Programa Rede Social pretende desenvolver a parceria efectiva e dinâmica, promover o planeamento integrado e sistemático e garantir uma maior eficácia do conjunto de respostas sociais dos concelhos e freguesias, o Núcleo Executivo organizou o

- Escassa/inadequada divulgação do Programa Rede Social;

O sistema de informação é uma das fases do programa Rede Social e a sua divulgação deverá ser feita não só aos parceiros, mas também à população em geral. Para este efeito, deve ser criado um dispositivo permanente de recolha de informação sobre a situação social no concelho.

Neste sentido, o Núcleo Executivo elaborou e divulgou o Guia de Recursos Sociais – As Instituições Particulares de Solidariedade Social no Concelho de Torres Vedras, com vista a garantir a equidade no acesso à informação por parceiros com diferentes capacidades e recursos e, simultaneamente, contribuir para a consolidação do

Workshop da Rede Social – Diagnóstico Social, no qual participou isoladamente com vista a contribuir com a identificação de problemas/vulnerabilidades sobre o funcionamento da Rede Social no concelho de Torres Vedras e, simultaneamente, preparar-se para implementar esta acção com os 50 parceiros que numa fase posterior contribuíram com os problemas diagnosticados.

Nesta sequência, os problemas que manifestaram maior preocupação, por parte do Núcleo Executivo, foram os seguintes:

Conselho Local de Acção Social do Concelho de Torres Vedras (CLASTVD).

No entanto, esta iniciativa, apesar de adequada e de grande utilidade, bem como a informação disponibilizada nos media locais não é considerada suficiente pelo Núcleo Executivo, uma vez que continua a existir falta de reconhecimento do Programa por parte da comunidade e fraca participação nas acções desenvolvidas. O Núcleo Executivo atribui a esta situação causas como a linguagem muito técnica, insuficiente e inadequada planificação da informação e, sobretudo, a resistência de alguns parceiros em disponibilizar informação atempadamente.

Assim sendo e com o intuito de diminuir estes constrangimentos, aguarda-se a implementação destas informações nas páginas da Internet e actualmente adoptou-se, como estratégia de comunicação, a organização das Jornadas de Exclusão Social – Perspectivas e

Realidades Locais em parceria com outras Autarquias da Região Oeste, de forma descentralizada e de acordo com os problemas identificados pelos parceiros.

- Fraca participação/motivação de alguns parceiros do CLAS nas dinâmicas de grupo;

As metodologias participativas (dinâmicas de grupo) aplicadas de uma forma descentralizada, nas zonas do interior, litoral e cidade, com a colaboração de um facilitador privilegiado, pretendem conhecer os problemas e potencialidades das diferentes freguesias do concelho de Torres Vedras.

Na aplicação destas metodologias, inicialmente em Março de 2004 foi efectuado o enquadramento ao Programa Rede Social e utilizada a técnica “Brainstorming” (os participantes elencam os problemas e potencialidades que maior impacto têm nas suas freguesias), no qual participaram IPSS’s, Entidade Públicas e Autarquias. Em Setembro de 2004 e com vista a aprofundar o levantamento efectuado reuniram-se novamente os mesmos grupos e aplicou-se a técnica “Nuvem de Problemas” (os participantes elencam os problemas que maior impacto têm nas suas freguesias, pontuam os referidos problemas e agrupam em nuvens/temáticas de acordo com os problemas), dos

quais surgiram os grupos de trabalho mencionados na síntese metodológica (anexos I, II, III).

Constatou-se assim que, em média, o maior número de participantes nas dinâmicas de grupo são os representantes das IPSS’s (58% na zona interior, 73% na zona litoral e 75% na zona da cidade). Relativamente aos participantes por Junta de Freguesia verificou-se uma participação de 55% na zona do interior, 57% na zona do litoral e 50% na zona da cidade. É ainda de salientar que, durante o Workshop da Rede Social – Diagnóstico Social, ocorreu uma diminuição significativa da presença dos Presidentes de Junta, uma vez que apenas 18% representaram a zona do interior e do litoral e 0% a zona da cidade (vide quadro 17). Por outro lado, no que concerne às IPSS’s observou-se um aumento de 17% na participação na zona interior, enquanto que no litoral e na cidade a percentagem de participantes diminuiu -28% e -33% respectivamente (vide quadro 16).

Este problema deverá atribuir-se sobretudo à escassez de recursos humanos e sobreposição de funções, ao fraco impacto do Programa e ao horário do funcionamento das reuniões e acções, uma vez que a maioria dos Presidentes de Junta conjugam a actividade profissional com a actividade política.

A preocupação do Núcleo Executivo assenta na baixa assiduidade, nas dificuldades de execução das acções, na informação insuficiente e, particularmente, num Diagnóstico incompleto e desajustado.

Por conseguinte, e com vista a garantir a sustentabilidade da Rede Social, esta equipa de trabalho, reúne periodicamente e encontra-se a reflectir sobre o documento Plano de Desenvolvimento Social, que pretende apresentar sucintamente várias propostas, metodologias e técnicas de planeamento, dando espaço ao CLASTVD para optar em função das necessidades da comunidade torriense.